Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sexta-feira, 12 de abril de 2024
Ano CVII ● Número 29.588
ISSN 1980-9124

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

CENTENÁRIO DE FRANZ KAFKA

Obra influenciou gerações e deu origem ao termo 'kafkiano'. Por Paulo Alonso, **página 2**

CONCESSÃO DE TÍTULOS RECORDE

Centenas de títulos de patrimônio cultural imaterial. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

DÍVIDA MILIONÁRIA DA EMBAIXADA DOS EUA

Representação responde por mais de 90% do calote das embaixadas. Por Bayard Boiteux, **página 3**

Arquivo/ABr

Farmácias e perfumarias foram destaque em fevereiro

Varejo cresce pelo 2º mês e atinge maior patamar do século

Em relação ao ano passado, alta foi de 8,2%

Na passagem de janeiro para fevereiro, as vendas no comércio varejista no país aumentaram 1% e atingiram o maior patamar da série histórica iniciada em janeiro de 2000. É a segunda alta consecutiva, após o índice ter registrado crescimento de 2,8% em janeiro. A última vez que o varejo registrou dois meses consecutivos de alta foi em setembro de 2022 (0,5% em agosto e 0,7% em setembro).

Em relação a fevereiro do ano passado, as vendas no varejo avançaram 8,2%. Os dados são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE nesta quinta-feira.

"Entre os destaques dessa passagem é termos observados dois meses consecutivos de altas, o que não acontece desde meados de 2022. No entanto, naquele momento o crescimento combinado dos dois meses foi menor, menos intenso. Outro aspecto a ser destacado é que nos últimos dois anos ou janeiro ou fevereiro vieram mais fortes, mas com posterior queda. Em 2024, houve alta tanto em janeiro quanto em fevereiro", avalia o gerente da pesquisa, Cristiano Santos.

Seis das oito atividades investigadas na pesquisa avançaram em fevereiro deste ano. Dentre elas, os destaques foram os setores de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (9,9%) e de Outros artigos de uso pessoal e doméstico (4,8%), que exerceram as principais influências sobre o resultado total do comércio varejista.

"Avaliando esse setor sob a ótica de seus subsetores, percebemos que a alta veio da parte de produtos farmacêuticos. Houve um fator inflacionário que precisa ser levado em conta, que resultou em um crescimento de preços, mas um crescimento ainda maior em volume de receitas", lembra Cristiano sobre o setor farmacêutico. **Página 4**

Europa perde 33 milhões de euros/hora em impostos não pagos pelos super-ricos

Na França, milionários pagam 2%; classe média, 50%

Os governos da União Europeia (UE) perdem anualmente € 286,5 bilhões em receitas, o equivalente a € 33 milhões por hora, por não conseguirem tributar de forma justa os mais ricos da Europa. Este montante, equivalente ao PIB da Finlândia, representa o que um imposto europeu sobre a riqueza de até 5% poderia arrecadar todos os anos, de acordo com a análise da ONG britânica Oxfam.

Os integrantes do 1% mais rico da Europa possuem quase metade (47%) de toda a riqueza financeira do continente, incluindo depósitos bancários, ações, obrigações e empréstimos. Desde 2020, os multimilionários da UE aumentaram a sua riqueza acumulada em um terço, atingindo € 1,9 trilhões no ano passado. Ao mesmo tempo, 99% da população da UE tornou-se mais pobre, segundo a organização. Estas cerca de 443 milhões de pessoas detinham € 57 bilhões em 2019, valor que caiu para € 54 bilhões em 2022.

"Este fosso entre as pessoas super-ricas e as pessoas comuns da Europa está aumentando todos os anos porque os governos da União Europeia não estão conseguindo tributar de forma justa a riqueza extrema. Na França, uma pessoa média paga aproximadamente 50% de sua renda em impostos, enquanto uma pessoa entre o 0,0002% mais rico paga apenas 2%. Na Itália, enquanto a maioria dos cidadãos paga entre 40% e 50% do seu rendimento em impostos, os multimilionários pagam apenas cerca de 20%", calcula a Oxfam.

A Presidência brasileira do G20 defende uma nova agenda global para tributar os mais ricos sobre os seus rendimentos e riqueza. Na próxima semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, irá a Washington, capital dos Estados Unidos, mostrar sua proposta de taxação dos super-ricos, que tem recebido apoio internacional.

Não há fim à vista para a alta inflação nos EUA

Os números divulgados nesta quarta-feira (10) mostraram que a inflação nos EUA não tem fim à vista, o que significa que há pouca esperança de um corte nas taxas de juros tão cedo. O índice de preços ao consumidor (CPI) aumentou 0,4% em março em relação a fevereiro, confirmando a aceleração.

Os preços dos alimentos têm permanecido elevados há quase três anos, prejudicando os bolsos dos consumidores e fazendo com que aqueles que têm rendimentos fixos, como os idosos, apertem os cintos. O indicador relativo aos preços dos ovos, carne, peixe e aves subiu 0,9% em março, impulsionado por um aumento de 4,6% nos preços dos ovos.

Uma recente sondagem do instituto Gallup mostrou que a inflação elevada e o estado da economia continuam no topo da lista das maiores preocupações dos norte-americanos, com pelo menos 60% dos pesquisados afirmando que têm "muita" preocupação.

Linda Harrison, 67 anos, aposentada no estado de Nova Jersey, disse à Xinhua que as pessoas estão irritadas com o aumento repentino dos preços dos alimentos nos últimos anos. "Os preços subiram e depois desceram um pouco, e os funcionários do governo davam-se palmadinhas nas costas, dizendo que os seus esforços estavam ajudando as famílias da classe média a pagar as compras", disse ela. "As pessoas agora estão nas redes sociais dizendo aos outros onde comprar carnes mais baratas", acrescentou Harrison.

Desmond Lachman, pesquisador sênior do American Enterprise Institute e ex-funcionário do Fundo Monetário Internacional (FMI), disse à agência de notícias Xinhua que os números da inflação de março, juntamente com os números ainda fortes do emprego, agora tornam "altamente improvável" qualquer corte nas taxas de juros antes do final do ano.

Barry Bosworth, economista e membro sênior da Brookings Institution, disse que é "muito improvável" que o Federal Reserve (Fed, o Banco Central dos EUA) reduza as taxas de juros no futuro próximo. "As taxas de juros parecem permanecer perto dos níveis atuais durante muitos meses. As reduções parecem irresponsáveis neste momento", disse Bosworth.

PGFN cobrará débitos com o Fundo de Garantia

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vai assumir integralmente a gestão dos débitos de empregadores com o Fundo de Garantia (FGTS). O objetivo é ampliar a recuperação desses valores utilizando a experiência do órgão com a Dívida Ativa da União.

Para o procurador da Fazenda, João Grognet, embora sejam de naturezas diferentes, as estratégias de arrecadação são as mesmas e sua unificação facilita o fluxo de gestão e a arrecadação. "Percebemos que a recuperação de recursos aumenta se colocarmos o FGTS na mesma trilha da dívida ativa da União". Grognet foi o incumbido de liderar a gestão da dívida ativa da União e do FGTS na PGFN.

O número de empregadores inscritos na dívida ativa do FGTS está hoje em cerca de 239 mil. E, segundo a procuradoria, o estoque do 4º trimestre de 2023 de dívidas relacionadas ao fundo é de R$ 49,5 bilhões. O volume de recursos recuperados tem crescido nos últimos anos e chegou a R$ 680 milhões em 2023, um crescimento de 18% em comparação ao ano anterior.

A diretora de Desenvolvimento do Serpro, Ariadne Fonseca, entende que é um desafio assumido com muita naturalidade pela empresa, que já atua conjuntamente com a PGFN e com a Caixa. A estatal federal de TI é a responsável tecnológica de soluções como o Sistema Integrado da Dívida Ativa (Sida) e o recém-lançado FGTS Digital.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,0958
Dólar Turismo	R$ 5,2980
Euro	R$ 5,4668
Iuan	R$ 0,7035
Ouro (gr)	R$ 382,50

ÍNDICES

IGP-M	-0,47% (março)
	-0,52% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Centenário de Franz Kafka

Por Paulo Alonso

Franz Kafka foi um escritor extraordinário e que deixou ao mundo um precioso legado literário. Neste 2024, comemora-se o centenário da sua morte vítima de tuberculose, ocorrida em um1924, em um sanatório de Kierling, cidade próxima a Viena. Preparava, na ocasião, a obra *Um Artista da Fome*, para publicação. Em seu testamento, recomendou que todos os seus manuscritos fossem destruídos, o que o amigo Max Brod não deixou acontecer. E, dessa forma, vários textos inéditos estão sendo publicados em obras de alcance internacional.

Os trabalhos inacabados de Kafka, como os romances *O Processo*, *O Castelo* e *O Desaparecido*, foram publicados postumamente por seu amigo Max Brod. Importante ressaltar que Albert Camus, Gabriel Garcia Marquez e Jean-Paul Sartre estão entre os escritores influenciados pela obra de Kafka. E sublinhar que o termo "kafkiano" se popularizou em português como algo complicado, labiríntico e surreal, como as situações encontradas em sua obra.

Kafka nasceu em 3 de julho de 1883, em Praga. Teve uma infância solitária, pois os pais passavam o dia inteiro na loja dos Kafka, sem tempo para cuidar do menino e sem possibilidade de observar o seu crescimento e desenvolvimento. Era cuidado por uma governanta, uma cozinheira e uma empregada doméstica. Sua mãe era submissa, e seu pai era um homem de negócios, autoritário, que não apoiava a propensão de seu filho para a literatura. De qualquer forma, essa relação mal resolvida, conflito com o pai opressor, teve grande influência na obra do escritor, o sendo refletido em algumas de suas narrativas.

Desde o início de sua vida, o escritor teve contato com tchecos e alemães, por isso dominava os dois idiomas. Assim, Hermann Kafka (1852-1931) matriculou seu filho na Escola Alemã para Meninos, vizinha da sua casa. O escritor estudou nessa instituição, de 1889 a 1893, sendo sempre elogiado pelos mestres e aprovado com distinção. De 1893 a 1901, Kafka frequentou a Escola Secundária Alemã. Nela, recebeu formação humanista e completou os três primeiros anos também com distinção. Em seguida, seu rendimento decaiu, passando, inclusive, a apresentar dificuldade em matemática.

Entre 1901 e 1906, estudou na Universidade Alemã de Praga. Optou por fazer Química, mas transferiu-se para o Direito, em seguida. Durante o curso, se dedicou aos estudos de filosofia e história da arte. Devido à forte perseguição antissemita, Kafka, como judeu, teve certa dificuldade em entrar para o serviço público. Então profissões liberais, como a de médico e advogado, eram a melhor opção. Ele recebeu o diploma de Direito em 18 de junho de 1906.

Trabalhou na Companhia de Seguros Assicurazioni Generali e, durante 14 anos, atuou no Instituto de Seguro de Acidentes de Trabalho, que, parcialmente estatal, empregava pouquíssimos judeus. Ali Kafka teve uma carreira bem-sucedida, com promoções. No entanto, recebeu uma aposentadoria antecipada, devido a seus problemas de saúde. Kafka, assim como tantos escritores, não pôde dedicar-se exclusivamente à literatura, o que lhe provocava muita angústia.

Em 1902, o escritor conheceu Max Brod (1884-1968), que se tornaria um amigo constante e que, posteriormente, seria a principal fonte para a posterior construção de sua biografia, além de ter sido o responsável maior pela divulgação da sua obra.

A vida amorosa de Kafka foi conturbada. Felice Bauer (1887-1960) foi sua primeira noiva e morava em Berlim. De 1912 a 1917, ele enviou mais de 500 cartas e cartões-postais para ela, mas poucas vezes encontram-se nesse tempo. Em 1919, ele conheceu Julie Wohryzek (1891-1944), sua segunda noiva, mas o pai de Kafka opôs-se ao casamento devido às diferenças sociais.

O escritor passou duas férias, 1905 e 1906, em Zuckmantl, para tratar de sua fraqueza física e exaustão. Em sua primeira estadia nesse spa, teve sua primeira experiência sexual, com uma das hóspedes do local. Tornou-se vegetariano pouco antes de 1910 e optou por terapias naturais e não convencionais, em sanatórios como o Jungborn, na Alemanha, em 1912. A maior parte da vida, Kafka viveu com os pais, no centro histórico de Praga — a Cidade Velha.

> **Obra influenciou gerações e deu origem ao termo 'kafkiano'**

Após ser diagnosticado com tuberculose, tentou recuperar-se em Siřem, 1917; em Želízy, de 1918 a 1919, onde conheceu sua segunda noiva Julie Wohryzek; em Merano, no Norte da Itália, de abril a junho de 1920; em Matliary, 1921; em Planá, 1922, onde pretendia continuar a escrever *O Castelo*, mas teve um colapso nervoso; e em Berlim, 1923, onde foi morar com Dora Diamant (1903-1952), em situação financeira precária.

Contudo, Max Brod levou Kafka de volta a Praga, em março de 1924. Em abril, o escritor internou-se no sanatório de Wienerwald, na Áustria; na clínica do Prof. Hajek, em Viena; e no sanatório do Dr. Hoffmann, em Kierling, onde viveu as últimas seis semanas de sua vida, morrendo em 3 de junho de 1914.

As obras de Franz Kafka possuem marcas do expressionismo e, comumente, são associadas, pelos críticos, ao modernismo. Basicamente, apresentam as seguintes características: deformação da realidade; realismo fantástico; ausência de idealizações; presença de alegorias; caráter subversivo; anticonvencionalismo; fragmentação; fluxo de consciência; angústia existencial; antitradicionalismo; atmosfera de opressão; nonsense; irracionalismo e pessimismo.

Os três livros de Kafka consagrados pela crítica são *A Metamorfose*, *O Processo* e *O Castelo*. *Cartas ao Pai* é também uma obra excepcional. A escrita de Kafka elege principalmente temas cotidianos como matéria de seu texto. É a psicologia do homem comum. Mas esse indivíduo comum, que adentra o século 20 e a modernidade, está rodeado do esvaziamento desumano da burocracia, do mundo cartorial, do serviço público tecnocrata.

O realismo presente no estilo narrativo kafkiano não é o mesmo realismo que se consolidava como escola literária em meados do século 19, porque o mundo não pode mais ser objetivo: é fragmentado. A vida individual tornou-se frágil, a própria troca de experiências individuais ficou à mercê da estandardização. O processo que forma um indivíduo, à época de Kafka, entra numa espiralização oriunda dessa construção do mundo moderno, e isso se reflete nas artes: é uma subjetividade estilhaçada junto da objetividade sem sentido do universo burocrático dos escritórios.

Kafka problematiza a situação de gravar em longos papéis, maletas, gravatas e cartórios a questão humana – o que de fato assombra a modernidade. A angústia descrita em um número exato de laudas; a vida assombrada pela burocracia; a humanização dos documentos e a coisificação daquilo que era humano. Assim, sua literatura traz à luz esse absurdo burocrático, num ar de registro cartorial que trata todos os completos absurdos da modernidade como absolutamente normais.

O absurdo e o estranhamento daquilo que tomamos por cotidiano são características marcantes do estilo literário de Kafka. Sua literatura gera certo desconforto, pois cria um jogo narrativo, como algo estranho e familiar ao mesmo tempo. Elementos da ordem do fantástico são narrados de maneira direta, protocolar; em linguagem clara, Kafka estrutura suas narrativas sombrias. O realismo objetivo é rompido com a introdução de imagens absurdas; o familiar se torna estranho, o estranho se torna familiar. É o surgimento de uma modernidade fundamentada nos princípios da alienação e da desumanização.

Fazendo uso de uma linguagem simples e objetiva para abordar temas complexos, como o poder das instituições na vida humana, seus escritos geralmente elegem cenários do dia a dia: a casa de família, o café, o escritório, o universo do homem comum. Mas essas situações cotidianas encobrem sempre certos terrores.

A escrita de Kafka inspirou a criação do termo "kafkiano", usado tanto em português como em outras línguas para descrever conceitos e situações que remetem à sua obra, principalmente *O Processo* e *A Metamorfose*. Entre os exemplos de situações usadas estão momentos quando a burocracia subjuga as pessoas, geralmente de forma surreal, evocando distorção, falta de sentido e impossibilidade de ajuda. Personagens em uma cena kafkiana geralmente carecem de autossuficiência para escapar das situações labirínticas. Elementos kafkianos muitas vezes aparecem em obras existencialistas, mas o termo ultrapassou o meio literário e é usado em ocorrências reais que são incompreensíveis, complexas, bizarras ou ilógicas.

Diversos filmes e projetos televisivos foram descritos como kafkianos, e o estilo recebe especial atenção no gênero de ficção científica distópica. Entre os filmes desse gênero que foram classificados como kafkianos estão *Brazil* (1985), *The Tenant* (1967) e *Barton Fink* (1991). A série de TV *The Prisoner*, tanto a versão original de 1965 quanto o remake de 2009, é também muitas vezes descrita como kafkiana.

Apesar de traduções de Kafka para o português terem sido publicadas no Brasil somente a partir da década de 50, sua obra já gerava interesse no público especializado, que recorria aos originais alemães ou a traduções em outros idiomas: em 1942, o primeiro ensaio sobre Kafka no Brasil foi lançado, *Franz Kafka e o mundo invisível*, de Otto Maria Carpeaux.

A partir da década seguinte, no mesmo período da ditadura, a obra de Kafka ganhou maior interesse, e novas traduções foram feitas e outras relançadas. Já nos idos de 1970, a obra de Kafka continuou gerando interesse no público, que passou a buscar traduções feitas a partir do alemão. Essas traduções começaram a ser feitas pelo tradutor, crítico literário e professor de Literatura Alemã da Universidade de São Paulo Modesto Carone, que publicou textos kafkianos em jornais e livros, com introduções e análises técnicas.

Foi fundado, em Praga, o Museu de Franz Kafka, dedicado à vida e obra do escritor. Um dos destaques do museu é a exposição *Město K. Franz Kafka a Praha* (*A Cidade de K. Franz Kafka e Praga*, em tradução literal). Nele estão diversas fotos e documentos originais da vida de Kafka, com a intenção, segundo o museu, de imergir o visitante no que seria o mundo em que o escritor viveu e sobre o qual escreveu.

Franz Kafka é incomparável, genial e único. Sua obra é digna de ser analisada continuamente e merece todos os aplausos dos leitores, dos críticos e eventos alusivos ao seu centenário de morte.

Paulo Alonso, jornalista, é reitor da Universidade Santa Úrsula.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Dívida astronômica da Embaixada dos EUA

A dívida das embaixadas estrangeiras com a União supera R$ 344 milhões. Tal dívida diz respeito ao não pagamento de FGTS e pendências previdenciárias. Só a dívida da Embaixada do EUA devem R$ 340 milhões.

Viva a diversidade

Cyntia Luiza Ribeiro do Amaral colou grau na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com uma beca branca. Desenvolvida em respeito à diversidade religiosa da aluna e ao processo de formação espiritual no Candomblé, mostra um Brasil que acredita na pluralidade.

Novo italiano

Comandado pelo chef napolitano Arnaldo Patani, o Il Piccolo, na Vieira Souto, é o mais novo empreendimento de cozinha italiana no Rio. Uma iniciativa de Antonio Rodrigues, dono da rede Belmont, que vai receber os amigos de 22 a 25 de abril, após 4 meses de reforma.

Veríssimo em pauta

Dirigido por Angelo Defanti, chega às telas, no dia 2 de maio, Veríssimo. Ele nos leva a conhecer de forma inusitada Mestre Luis Fernando Veríssimo, de 87 anos.

Bocelli no Rio

Estão quase esgotados os 750 ingressos para a apresentação de Andrea Bocelli no Fairmont Copacabana. O artista cantará num palco montado na área da piscina do hotel, no dia 19 de maio, com apresentação única e exclusiva.

Melhores faculdades do mundo

Entre os melhores cursos superiores do mundo, avaliados pela QS World 2024, estão 22 graduações brasileiras. O de Odontologia da USP está em 13º lugar, a melhor qualificação.

Viviane Fernandes faz palestra

Após retorno de um famtrip da Ita Airways, Viviane Fernandes, que está abrindo uma filial da Via Apia em Copacabana, faz palestra nesta sexta sobre Cidadania e Turismo, em evento da Valores e Negócios.

Frase da semana

"Nossas escolhas fazem parte de relevantes lições de vida. Não optamos por acaso, o fazemos em função de dores, alegrias e gritos de inquietude. Vivemos para sobrevivermos e simplesmente respirarmos com tanta falta de ardência de justa virtude da fé, que nos ajusta." – *Bayard Do Coutto Boiteux*

Angra 3: uma novela que dura décadas

Para funcionar: R$ 43 bi a mais que outras opções de energia

As obras da usina termonuclear Angra 3 começaram na década de 1980, foram paralisadas em 1984 e, após breve retomada em 2009, foram novamente suspensas em 2015. E o tema volta a pauta do Tribunal de Contas da União (TCU). O tribunal avaliou essa semana processos relacionados à usina. O primeiro deles, relatado pelo ministro Jorge Oliveira, avaliou as ações adotadas por instituições públicas do setor elétrico para viabilizar a retomada da construção do empreendimento.

A análise do cálculo tarifário apontou indícios de que a conclusão da usina não respeitará o princípio da modicidade tarifária. Esse princípio estabelece que as tarifas cobradas pelos serviços públicos sejam razoáveis e acessíveis para a população. O objetivo é garantir que todos tenham acesso a serviços essenciais, como energia elétrica, a preços justos.

Estimativas mostram que, se Angra 3 for concluída e começar a funcionar, custará, em média, cerca de R$ 43 bilhões a mais do que outras opções de energia, em valor presente líquido, descontado a uma taxa de 8% ao ano.

"O que se pode afirmar, sem sombra de dúvida, a partir dos estudos promovidos pelo TCU em trabalhos de auditorias absolutamente técnicos, operacionalizados com base em metodologias padronizadas e alinhados com as melhores práticas internacionais, é que, independentemente de potenciais externalidades positivas do empreendimento para a política nuclear nacional, os encargos aos consumidores serão muito mais altos em caso de continuidade da construção de Angra 3 do que de abandono do projeto", afirmou o ministro-relator em seu voto.

O Plenário determinou ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que, ao analisar se autoriza ou não a outorga de Angra 3, deve justificar sua decisão de maneira detalhada, incluindo os estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em relação à modicidade tarifária e ao impacto ao consumidor. Além disso, o CNPE deve considerar os custos de eventual abandono da obra.

O Tribunal também recomendou que o CNPE, caso decida autorizar a outorga de Angra 3, estabeleça limites para que novas ineficiências ou outros atrasos na obra não sejam mais incorporados ao preço a ser aprovado. Isso significa que custos adicionais resultantes de atrasos ou ineficiências devem ser assumidos pela concessionária, e não repassados aos consumidores.

A primeira fase do acompanhamento do TCU, iniciada em julho de 2022, analisou os custos previstos para terminar as obras e para a operação e manutenção do empreendimento. Na segunda etapa, iniciada em janeiro de 2023, foram analisados o planejamento financeiro relacionado às fontes de financiamento e a modelagem jurídica do projeto. A terceira fase, iniciada em julho de 2023, contemplou a análise do cálculo de tarifas para Angra 3.

Auditoria

Em outro processo relacionado à Angra 3, o Plenário analisou auditoria de conformidade no contexto do Fiscobras 2023 sobre contratos firmados entre a Eletronuclear e a empresa Framatome, para fornecimento de equipamentos e prestação de serviços para a construção de Angra 3. A fiscalização abrangeu o período de 16 de outubro de 2013 a 17 de fevereiro de 2023, alcançando o montante de R$ 8,27 bilhões em recursos. O relator é o ministro Jhonatan de Jesus.

Entre outros aspectos, a unidade técnica constatou a existência de contratos formalizados sem os requisitos legais necessários para contratação direta, considerados aditivos de contratos anteriores; falta de recursos para cumprimento das obrigações assumidas pela Eletronuclear nesses contratos; superfaturamento e sobrepreço decorrente de reajuste irregular de preços, com potencial prejuízo de mais de R$ 130 milhões; deficiência de controles da Eletronuclear para verificar quantitativos de horas faturadas.

"Essas irregularidades demonstram deficiência extremamente grave no controle e na gestão do contrato por parte da estatal. Isso traz impacto de grande magnitude, tendo em vista o volume de recursos envolvido, cerca de R$ 8 bilhões. Além disso, atrasos adicionais na entrada em operação da usina poderão acarretar, ainda, novos valores a serem calculados na tarifa e repassados aos consumidores", avaliou o ministro-relator.

O tribunal determinou à Eletronuclear que corrija o superfaturamento e o sobrepreço, realize análises individuais de pedidos em aditivos contratuais e apresente documentos comprovando a efetivação e o detalhamento da apuração das horas indevidamente faturadas. A decisão também alerta sobre a insuficiência de previsão orçamentária e de recursos financeiros para a execução dos contratos das obras de retomada de Angra 3.

A unidade técnica do TCU responsável pelas fiscalizações foi a Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica), que integra a Secretaria de Controle Externo de Energia e Comunicações (SecexEnergia)

Barroso: 'página virada' sobre declarações de Musk contra Moraes

Nesta quinta-feira, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, disse que já foram dadas as respostas necessárias e classificou de "página virada" as recentes declarações do empresário Elon Musk sobre decisões do ministro Alexandre de Moraes.

"Eu considero esse assunto encerrado do ponto de vista do debate público. Agora, qualquer coisa que tenha que ser feita, tem que ser feita no processo, se houver o descumprimento", disse Barroso, referindo-se à ameaça de Musk de não mais cumprir decisões do Supremo que restrinjam contas no X. "Por mim, esse é um assunto [em] que a gente deve virar a página".

Questionado sobre possível bloqueio da rede X no Brasil, Barroso disse que o país tem leis e juízes e que há sanções previstas para o descumprimento de decisões judiciais. "Se houver o descumprimento, a lei prevê as consequências", enfatizou. Barroso acrescentou que, "às vezes, as pessoas fazem bravatas, mas não implementam as suas declarações".

Além de Barroso, também Moraes e o decano do Supremo, Gilmar Mendes, se manifestaram sobre as declarações de Musk. No plenário, Gilmar Mendes disse que "as manifestações veiculadas na rede social X apenas comprovam a necessidade de que o Brasil, de uma vez por todas, regulamente de modo mais preciso o ambiente virtual, como, de resto, ocorre com grande parte dos países democráticos europeus".

DECISÕES ECONÔMICAS

Sidnei Domingues Sérgio Braga
sergiocpb@gmail.com

Deputada Verônica Lima

Verônica Lima bate recorde na concessão de títulos

A deputada Verônica Lima (PT) mudou a batida. Depois de uma centena de títulos de patrimônio cultural imaterial do estado, nas mais variadas áreas, ela agora resolveu mirar nas baterias das escolas de samba. Uma a uma, as baterias estão recebendo o tão "cobiçado" título. É em momentos como esse que o eleitor se pergunta: foi para isso que ela foi eleita?

Disputa interna: Verônica Lima x Elika Takimoto

Mas a deputada Verônica Lima tem uma adversária à altura. A deputada Elika Takimoto (PT) também distribui diariamente dezenas de títulos de patrimônio cultural imaterial do estado. Se a dupla mantiver o ritmo, em poucos anos tudo o que vemos no estado ostentará o utilíssimo título.

Deputado Jair Bittencourt

Doação de veículos

A Alerj aprovou o projeto de lei do deputado Jair Bittencourt (PL) que prevê a doação de veículos da administração pública que se encontram parados nos depósitos do Estado para o RioSolidário e outras instituições que desenvolvam projetos voltados para pessoas que se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Moto sem barulho

Os deputados Dr. Pedro Ricardo (PP) e Vinícius Cozzolino (União) assinam o projeto de lei que estipula multa para as empresas que contratarem motociclistas com equipamentos de descarga irregular ou adulterados, que aumentam o ruído produzido pela moto e a poluição atmosférica.

Ultrassonografia no pré-natal

O deputado Tande Vieira (PP) é o autor da lei, sancionada semana passada pelo governador Cláudio Castro, que inclui o exame de ultrassonografia morfológica no calendário dos procedimentos do pré-natal de risco habitual e alto risco. O exame precisa ser realizado no período gestacional entre a 11ª e a 14ª semanas e entre a 20ª e 24ª.

Farmacêuticas nacionais investem mais em pesquisa do que a indústria geral

A indústria farmacêutica e farmoquímica nacional é o setor com o maior percentual de empresas que realizaram investimentos em atividades de pesquisa e desenvolvimento em 2022. Dados da Pesquisa de Inovação Semestral – Pintec do IBGE mostram que na indústria farmacêutica e farmoquímica esse investimento atingiu 67% das empresas, contra 34,4% da indústria total.

Os dados mais recentes do levantamento, com base no ano de 2022, também apontam que 68,1% das empresas pertencentes às indústrias extrativas e de transformação inovaram em produtos ou processos de negócios. No setor farmoquímico e farmacêutico, esse percentual foi de 72,1%.

Para 2024, a estimativa é de que 81,5% das empresas das atividades de fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos planejam aumentar os investimentos em P&D, contra 50,8% da indústria total. Também de acordo com a pesquisa, o setor farmacêutico e farmoquímico investiu R$ 3,5 bilhões em atividades internas de pesquisa e desenvolvimento, o que representa 11,3% dos investimentos da indústria de transformação, que somaram R$ 30,8 bilhões.

Outro dado que chama a atenção, na pesquisa, é o aumento para produtos novos no mercado nacional por parte das indústrias farmacêuticas e farmoquímicas, que saltou de 24,1% em 2021 para 36,5% em 2022, o que não se observa na indústria total, que teve uma retração e passou de 28,9% para 26,4% no mesmo período.

De acordo com Reginaldo Arcuri, presidente do Grupo FarmaBrasil (GFB), que reúne 12 indústrias farmacêuticas nacionais, os dados mostram que o setor está preparado para contribuir com o desenvolvimento econômico e industrial do país.

"A indústria farmacêutica demonstra um comprometimento robusto com investimentos em pesquisa e desenvolvimento, porque sabemos que sem inovação não há crescimento. E somos peça-chave para alavancar a indústria nacional", disse.

Arcuri ressalta que as empresas integrantes do GFB, juntas, respondem por 36% do mercado de varejo do Brasil, empregam cerca de 44 mil colaboradores e investem, em média, 6,1% do seu faturamento anual em pesquisa e desenvolvimento (P&D), chegando a R$ 2,1 bilhões em 2022. Segundo ele, o programa Nova Indústria Brasil (NIB), anunciado pelo governo federal em janeiro de 2024, deve estimular ainda mais os investimentos da indústria farmacêutica nacional neste ano e nos próximos.

Setores Financeiro e Saúde continuam segurando mercado de escritórios

A Pesquisa e Análise do Mercado de Locação de Escritórios, realizada pelo Secovi-SP em parceria com a CBRE, apontou queda de 6,6% na absorção bruta no primeiro trimestre de 2024, frente a igual período de 2023, na cidade de São Paulo.

No entanto, observou-se aumento de 20% na absorção bruta da região "core" da capital paulista na comparação entre os primeiros trimestres de 2024 e de 2023.

A redução no volume de entrega de novos edifícios no primeiro trimestre deste ano resultou em menor pressão da oferta e provocou recuo na taxa de vacância, de 0,7 pontos percentuais nos últimos 12 meses. Os edifícios de qualidade triple A registraram queda de 1,7 ponto percentual no mesmo período.

As novas locações de escritórios atingiram volume de 834 mil metros quadrados absorvidos nos últimos 12 meses, um avanço de 24,1% em relação ao período anterior. Esse resultado ocorreu principalmente em virtude da resiliência dos setores Financeiro e Saúde, que continuam entre os principais tomadores de espaços na cidade.

O setor de Educação registrou bom desempenho no início do ano e desbancou, mesmo que de maneira circunstancial, o setor de Tecnologia, bastante destacado em 2023.

Preço médio

O preço médio pedido de locação para escritórios classificados como Classe A/A+ iniciou 2024 em alta. O resultado foi alavancado pelas regiões dos Jardins e da Marginal Pinheiros, que voltaram a registrar recuo na oferta de espaços triple A disponíveis, o que influenciou no aumento médio dos preços pedidos nesses locais.

Os edifícios classificados como triple A na região dos Jardins apresentaram queda na taxa de vacância, encerrando o primeiro trimestre com percentual de 6,8%. Na área das avenidas Faria Lima e Juscelino Kubitschek, a taxa de vacância registrou percentual ainda mais baixo, de 5,8%.

A Pesquisa e Análise do Mercado de Locação de Escritórios, divulgada trimestralmente, abrange 8,7 milhões de metros quadrados de área locável na capital paulista.

Os escritórios, classificados como alto padrão, passam por uma avaliação de aproximadamente 100 itens, sendo os principais estrutura para ar-condicionado central, altura do pé-direito e presença de forro elevado.

Setor portuário registra crescimento de 10% no primeiro bimestre

Responsável por 95% do comércio do Brasil com o exterior, os portos registraram um crescimento no primeiro bimestre do ano que sinaliza um aumento da atividade econômica do país. Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), autarquia vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, o volume de carga nos dois primeiros meses do ano chegou a 197,8 milhões de toneladas, um número 10% maior que o registrado no mesmo período de 2023.

"É algo para o país comemorar porque o movimento nos portos é o reflexo da economia brasileira", avalia o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho. "Este aumento significa e confirma o crescimento econômico, a geração de emprego e renda. E sinaliza que o caminho que estamos tomando, de modernizar e expandir os portos brasileiros, está no rumo certo".

Esse crescimento foi puxado principalmente por cargas conteinerizadas, com destaques também para os crescimentos de granéis sólidos e líquidos. A movimentação de contêineres cresceu 22,8% no bimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Em fevereiro, o crescimento do número de contêineres chegou a 29,19% em relação ao mesmo mês de 2023. Foram movimentados 99,83 milhões de toneladas de cargas. No mesmo período de 2023 a movimentação havia atingido 89,58 milhões de toneladas. Entre os destaques estão o minério de ferro (17,85%), o petróleo e derivados (16,23%) e a soja (19,70%).

Em relação às cargas conteinerizadas, a movimentação atingiu 11,2 milhões de toneladas, um aumento de 29,19% em comparação com o mesmo período do ano passado, representando 1 milhão TEUs, com crescimento de 24,5% em fevereiro de 2024. Desse total, 7,7 milhões de toneladas foram movimentadas em longo curso e 3,4 milhões por cabotagem.

Com base no histórico da movimentação de contêineres dos últimos quatro anos, sinaliza-se uma retomada da atividade. Após dois anos de queda e estagnação, a movimentação de contêineres retoma e supera a performance observada em 2021, ano de pandemia em que o transporte de mercadorias via contêiner foi significativo.

Nestes meses de janeiro e fevereiro de 2024 acumulados, observa-se um crescimento de 18% na cabotagem de contêiner, comparado a 2023. E não se trata de um efeito pontual. Essa movimentação mais acentuada é apresentada em diversos portos do país. Dos produtos que tiveram maior movimentação, destacam-se algodão, açúcar, café, bem como compostos químicos.

Granéis

Os granéis sólidos, que representam 58,1% do total de tudo que é movimentado pelos portos, apresentaram crescimento de 11,48% frente a fevereiro de 2023. Foram 58 milhões de toneladas registradas em fevereiro deste ano, com destaque para os dois principais granéis, minério de ferro e soja.

Granéis líquidos também apresentaram alta, que atingiu 7,47% em comparação com o mesmo mês de 2023. Por sua vez, as cargas gerais apresentaram um recuo de 1,53% durante o mês frente a fevereiro do ano passado.

DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S. A.
CNPJ Nº 33.697.723/0001-40
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE ABRIL DE 2024
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação

Convidam-se os senhores acionistas da DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S. A. a reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária, a realizar-se presencialmente, no dia 17 de abril de 2024, sendo a primeira chamada às 13h45, e segunda, às 14h, que ocorrerá na sede da Companhia, localizada na Rua Itapiru, n.º 1287, Auditório do 1º andar, Rio Comprido, Rio de Janeiro - RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2023; b) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2023; c) Avaliação e aprovação do enquadramento da empresa no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, editado pelo Instituto Brasileiro de Gestão Corporativa - IBGC; d) Mudança do estatuto para prever a inclusão de novos diretores e alteração do artigo 12 e seus respectivos parágrafos; e) Mudança do estatuto para prever a criação de Conselho de Administração; e) Eleição dos membros do Conselho de Administração; g) Eleição dos membros do Conselho Consultivo; h) Eleição dos membros da Diretoria; i) Fixação do limite de remuneração dos diretores; j) Fixação do limite de remuneração dos membros do Conselho de Administração; k) Fixação do limite de remuneração dos membros do Conselho Consultivo; e l) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. Elisabete Joana Bazana Prado - Diretora-Presidente.

BANCO CLASSICO S.A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

Edital de Convocação: Ficam convidados os Senhores Acionistas a comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a ser realizada em nossa sede social, sito a Rua Vinícius de Moraes, 266 - Ipanema - Rio de Janeiro, no dia 29 de abril de 2024 as 10 horas, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária**: 1) Exame do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como do relatório (parecer) dos Auditores Independentes; 2) Destinação do lucro líquido do exercício. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: 1) Aumento do Capital Social por incorporação de lucros acumulados, constante do Balanço de 31/12/2023; 2) Alteração do Estatuto Social, referente ao Artigo 14º que trata da Ouvidoria. 3) Outros assuntos do interesse da sociedade. Rio de Janeiro, 09 de abril de 2024 - A Diretoria.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARARUAMA
AV. GETULIO VARGAS 59 CENTRO – ARARUAMA - RJ
Tel.: (22) 2665-9225 - E-mail: ara02vciv@tjrj.jus.br

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE COBRANÇA, MOVIDA POR CONDOMINIO PORTAL DA PONTINHA em face de ESPOLIO DE BASILIO DE MENEZES PEDROSA (Inventariante DANIEL MARINI PEDROSA) - PROCESSO Nº 0007870-13.2015.8.19.0052, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) **RODRIGO LEAL MANHAES DE SA** – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - **ESPOLIO DE BASILIO DE MENEZES PEDROSA (Inventariante DANIEL MARINI PEDROSA)** - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, **NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE:** O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do §único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do **Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 14/05/2024 às 15:00h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 1/3 da avaliação, que será encerrado no dia 04/06/2024 às 15:00h. DO BEM A SER LEILOADO**: BEM PENHORADO Fls. 80 / AVALIADO FLS. 98/101: CASA 11, NA RUA MONTESE, N° 230 (CONDOMINIIO PORTAL DA PONTINHA) – PONTINHA - ARARUAMA/RJ. IMÓVEL MATRICULADO NO 2º RGI SOB O Nº DE MATRÍCULA: 39643. (...) O QUAL AVALIO EM: R$ 270.000,00 (DUZENTOS E SETENTA MIL REAIS). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, **ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) (ESPOLIO DE BASILIO DE MENEZES PEDROSA (Inventariante DANIEL MARINI PEDROSA)) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRA-SE.** Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 21 de março de 2024. Eu, digitei ____, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo____. (ass.) **RODRIGO LEAL MANHAES DE SA** – Juiz de Direito.

PRIO FORTE S.A.
CNPJ/MF nº 08.926.302/0001-05
NIRE 33.3.0030439-8

Ata de RCA em 19/03/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 19/03/24, às 17:30h, na sede social da PRIO Forte S.A. ("PRIO Forte" ou "Cia."), localizada na Praia de Botafogo, 370, Dep 2 ao 13 PAV, sala 101C, Botafogo/RJ. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do art. 12, § 4º do Estatuto Social da Cia., tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Nos termos do art. 11 do Estatuto Social da Cia., a reunião foi presidida pelo Sr. Bruno Lowndes Dale Cabral de Menezes, que convidou o Sr. João Zanine Barroso para secretariar os trabalhos. **4. Ordem do Dia:** Deliberar, nos termos do art. 13, item (xvi) do Estatuto Social da Cia., sobre: (i) a outorga de garantia fidejussória sob a forma de fiança, nos termos do art. 818 e seguintes da Lei 10.406, de 10/01/02, conforme alterada ("Código Civil"), pela Cia., em favor dos debenturistas, representados pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Debenturistas" e "Agente Fiduciário", respectivamente), no âmbito da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em 2 séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Petro Rio Jaguar Petróleo S.A., sociedade anônima, com registro de Cia. aberta categoria "B" perante a CVM, com sede na Praia de Botafogo, 370, 3º, 11º, 12º e 13º andares, Botafogo/RJ, CNPJ/MF 02.031.413/0001-69 ("PetroRio Jaguar"), realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, 16/01/09, conforme alterada, e demais normas aplicáveis, no montante total de R$ 2.000.000.000,00 na data de sua emissão, qual seja, 15/08/22 ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em garantia das obrigações assumidas pela PetroRio Jaguar no âmbito da Emissão ("Fiança"); (ii) a autorização aos diretores da Cia. para praticarem, direta ou indiretamente por meio de procuradores, todos e quaisquer atos e celebrarem todos e quaisquer documentos (inclusive eventuais aditamentos) relacionados à Fiança; e (iii) a ratificação de todos os eventuais atos prévios praticados pelos diretores da Cia., em consonância com as deliberações (i) e (ii) acima. **5. Deliberações:** Iniciados os trabalhos, os Conselheiros participantes deliberaram o seguinte: 5.1. Outorga da Fiança: aprovar a outorga da Fiança pela Cia. em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, no âmbito da Emissão, obrigando-se, em caráter irrevogável e irretratável, de forma solidária com a PetroRio Jaguar e os demais fiadores, como fiadora, codevedora solidária e principal pagadora, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações garantidas da Emissão, conforme definidas no "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Petro Rio Jaguar Petróleo S.A.*", conforme alterado ("Escritura de Emissão"), com expressa renúncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos na Escritura de Emissão; 5.2. Autorização para a prática dos atos necessários: autorizar os diretores da Cia. a praticarem, direta ou indiretamente por meio de procuradores, todos e quaisquer atos e celebrarem todos e quaisquer documentos (inclusive eventuais aditamentos) relacionados à Fiança, incluindo, sem limitação, os aditamentos necessários à Escritura de Emissão e os demais documentos, contratos, procurações e declarações que se façam necessários ou convenientes para a outorga da Fiança; e 5.3. Ratificação dos atos já praticados: ratificar todos os atos já praticados pelos diretores da Cia. em relação à Fiança, em consonância com as deliberações 5.1 e 5.2 acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Bruno Lowndes Dale Cabral de Menezes; Secretário: João Zanine Barroso. Membros do Conselho de Administração: Bruno Lowndes Dale Cabral de Menezes; Milton Salgado Rangel Neto; Felipe Bueno da Silva. **8. Certidão:** Esta ata é a cópia fiel da original transcrita no Livro de Atas do Conselho de Administração da Cia.. RJ, 19/03/24. **João Zanine Barroso -** *Secretário da Mesa.* Jucerja em 21/03/24 sob o nº 6143534. Gabriel Oliveira de Souza Voi- Secretário Geral.

M2B SERVIÇOS DE ESTÉTICA S.A.
CNPJ 28.140.322/0001-55
NIRE :33.3.0032781-9
Comunicação aos acionistas para Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da M2B Serviços de Estética S.A. (a Companhia) para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 22 de abril de 2024, as 11 horas, na sede da Companhia, situada na Av. Érico Verissímo, nº 1000, loja 125, Barra da Tijuca, CEP. 22.621-150, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1)** Aprovação das contas, Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2020.
Rio de janeiro, 12 de abril de 2024.
Mônica Muniz Coelho Moreira - Diretora Presidente

Helbor (HBOR3): avaliação sobre 2023 e perspectivas para 2024

Por Jorge Priori

Leonardo Piloto

Conversamos sobre a Helbor com Leonardo Piloto, diretor Financeiro e de Relações com Investidores da incorporadora.

Como a Helbor avalia o seu ano de 2023?

Nós avaliamos o ano de 2023 de uma forma bastante positiva. O biênio 2023/2024 é um período de transição da companhia, onde estamos num processo com muitas obras em andamento, sendo que em 2024 nós vamos entregar 14 empreendimentos.

Uma incorporadora, essencialmente, é uma empresa que tem que ter uma visão de longo prazo, pois o processo de compra do terreno, lançamento, venda e entrega, demora de 5 a 7 anos. O ano de 2023 foi importante para que a companhia pudesse se engajar na reta final de vários projetos que serão entregues em 2024 e em 2025.

Nós começamos o ano passado falando de cash burn, um indicador que é bem acompanhado pelo mercado. Ele estava bastante elevado, mas foi sendo reduzido no decorrer do ano, tanto que no 4T23 a Helbor gerou caixa pela primeira vez depois de, pelo menos, 8 trimestres.

Foi um ano de bastante trabalho, com foco absoluto na venda de estoque. Para isso, a companhia fez lançamentos muito pontuais em 2023, que somaram R$ 730 milhões, justamente para focar no andamento das obras, já que estamos com muitos canteiros. Dessa forma, nós entramos em 2024 muito bem preparados para um ano que vai ser um dos mais importantes para a empresa, pois vamos entregar muitos empreendimentos, deixar mais clientes felizes e também trazer o dinheiro de volta para casa.

Como a Helbor entende os seus números de 2023?

Nós entendemos os números de uma forma positiva. A Helbor foi bem nas vendas, tanto que elas cresceram trimestre após trimestre. O mais importante foram os números que foram divulgados no último trimestre, quando deixamos de queimar caixa e passamos a gerar, o que já é um indicador de que as obras estão indo para o final, e o dinheiro está começando a voltar, o que pode ser um momento de inflexão para a companhia daqui por diante. Comparando com 2022, o lucro foi em linha, e as vendas, maiores, mas o mais importante é que estamos cada vez mais próximos de entregar os empreendimentos para os clientes e termos o dinheiro de volta.

Como a Helbor avalia o momento do mercado imobiliário e suas perspectivas?

A perspectiva é positiva, mas com cautela. A Helbor, por estar no mercado desde 1977, já viveu altos e baixos, pois o Brasil é um país que oscila muito. Como a história da companhia fez com que entendêssemos muito bem essa dinâmica, nós temos muito cuidado para não darmos um passo maior que as pernas, mas também para não sermos mais pessimistas do que deveríamos, pois, em alguns momentos, quando se achou que a economia ia quebrar, veio uma notícia muito boa, da mesma forma que o inverso também foi verdadeiro.

Como existe uma correlação muito grande entre mercado imobiliário e juros, e os juros devem cair alguma coisa, isso deve nos ajudar um pouco. No entanto, a despeito dos juros, as companhias, nós incluídos, estão vendendo bem.

Quais são os cuidados que a Helbor toma para que os seus empreendimentos imobiliários sejam viáveis e rentáveis?

O primeiro aspecto que temos que entender é que cada empreendimento é único, pois cada um tem a sua história, as suas características e a sua localização. Todas as vezes em que vamos lançar um empreendimento, nós tomamos muito cuidado com a localização, o perfil do público que mora na região, quem é o nosso comprador e qual é a melhor maneira de desenvolver e vender o produto. Isso traz um melhor market fit com o comprador, o que pode trazer uma rentabilidade melhor para o projeto.

Outro aspecto é entender com quem vamos trabalhar. Como te disse, toda vez que compramos um terreno, são 5, 7 anos que vamos ficar ali, assim, a escolha de bons parceiros é uma decisão importante. Ao longo da nossa história, nós fomos aprendendo quem são os nossos maiores parceiros e as pessoas que estiveram ao nosso lado nos bons momentos e nos momentos não tão bons. Trabalhar com esses parceiros nos traz uma maior segurança, nos fazendo sentir mais confortáveis para lançarmos novos projetos e tendo a certeza de que podemos ter melhores resultados ali.

Por falar em parceiros, como a Helbor escolhe as construtoras que executam seus projetos?

O seu Henrique (Borenstein) e o Henry (Borenstein) gostam muito de ter um relacionamento próximo com os nossos parceiros, principalmente os construtores. Para que possamos entender como cada construtora pode se encaixar melhor em um projeto, nós entendemos qual é o público alvo desse projeto. Além disso, nós também tentamos entender o lado da construtora, como o seu apetite e a sua preparação. Nós não queremos apenas fazer parcerias com bons nomes, pois se a construtora estiver realizando 100 obras, fazer mais uma não vai fazer tanta diferença para ela. Nós queremos que os construtores e os demais parceiros tenham o mesmo foco da Helbor no projeto. Nós queremos pessoas com a barriga no balcão, fazendo daquele produto especial, e não apenas mais um.

Como a Helbor escolhe os seus segmentos de ação?

Essa é uma pergunta importante. Hoje, a Helbor é uma companhia focada em empreendimentos residenciais de padrão médio alto para cima. Nós não atuamos mais em salas comerciais, hotéis e produtos com padrão mais econômico. Além disso, nós focamos em São Paulo e na Grande São Paulo, como Osasco e Mogi, onde fica a nossa sede.

Se você olhar os números da empresa, você vai ver que ainda carregamos um estoque de salas comerciais e de empreendimentos de padrão mais econômico, mas esse não é mais o foco da companhia. Nós estamos vendendo esse estoque para focarmos nos segmentos escolhidos pela companhia.

Como a Helbor avalia o desempenho das suas ações nos últimos anos?

Com a subida da taxa de juros após a Covid, quando ela saiu de 2% para 13,75%, um padrão mais próximo do histórico brasileiro, as empresas que têm um endividamento um pouco mais alto foram penalizadas. Esse foi o caso da Helbor, que estava no meio de um ciclo de investimentos, tomando dívida para investir na construção dos seus empreendimentos. Como o nosso endividamento é um pouco mais alto quando comparado com os nossos pares do setor, as nossas ações foram um pouco mais penalizadas que as ações dos nossos concorrentes.

Ao mesmo tempo, eu entendo que temos uma oportunidade muito grande para encerrarmos esse ciclo de investimento, entregando 14 empreendimentos neste ano e mais alguns no ano que vem, trazendo o dinheiro de volta e reduzindo o nosso índice de alavancagem mais uma vez, o que a Helbor já fez durante a sua história.

Como a Helbor avalia as suas perspectivas para 2024?

De forma positiva. Com as mudanças na legislação do Plano Diretor de São Paulo, alguns dos nossos terrenos ganharam potencial construtivo, sobretudo os projetos de mais alto padrão. Temos uma perspectiva positiva, mas não um otimismo mais exacerbado, pelo contrário, pois damos um passo atrás do outro. As vendas continuam acontecendo, o mercado está vendendo bem, os preços estão aumentando de forma paulatina e gradual, e o crédito imobiliário continua pujante nos bancos. Isso faz com que a nossa expectativa para 2024 seja positiva. Sem perder o foco na venda do estoque, fazendo lançamentos pontuais e prestando muita atenção no público que queremos atingir.

BC lança moeda comemorativa dos 200 anos da Constituição de 1824

Destinadas a colecionadores, moedas de prata serão vendidas por R$ 440

Os colecionadores poderão comprar, a partir desta quinta-feira, uma moeda de prata em comemoração aos 200 anos da primeira Constituição brasileira. Produzida em prata, a peça terá valor de face de R$ 5, mas será vendida por R$ 440.

A venda será feita exclusivamente pelo site Clube da Medalha, mantido pela Casa da Moeda. Segundo o Banco Central (BC), inicialmente serão produzidas 3 mil unidades. Dependendo do sucesso, o número poderá subir para até 10 mil peças.

O anverso (frente) da moeda apresenta o livro da primeira Constituição brasileira aberto com as páginas retratadas em cor sépia, que representa a passagem do tempo. A pena estilizada e o texto manuscrito remetem à forma como o livro, há 200 anos, foi redigido.

Essa é a primeira vez que o recurso da cor é utilizado em uma moeda de prata no Brasil.

O reverso (parte de trás) mostra o prédio do Congresso Nacional, símbolo do Poder Legislativo. O conjunto arquitetônico do Congresso, composto por duas cúpulas, uma voltada para cima e outra para baixo, representa o Poder Legislativo bicameral, modelo proposto já na primeira Carta Magna do Brasil, com as duas Câmaras, de deputados e de senadores, que formavam a Assembleia Geral.

A moeda comemorativa foi lançada em evento no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, num evento com a presença de representantes do BC, da Casa da Moeda e da Câmara.

A Constituição de 1824 foi outorgada pelo imperador Dom Pedro I, em meio à falta de acordo na Assembleia Constituinte do ano anterior. Essa foi a Constituição mais longeva da história do Brasil, durante 65 anos. Ao outorgar a Constituição, o monarca impôs sua vontade e estabeleceu quatro Poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, representado pelo próprio imperador e acima dos demais Poderes. Com atribuições diversas e amplos poderes ao imperador, a Constituição estabeleceu uma monarquia hereditária.

Apesar de traços que ficaram ultrapassados, como a monarquia, a Constituição de 1824 estabeleceu legados que perduram até hoje na administração pública brasileira. O texto estabeleceu o Poder Legislativo bicameral, com a coexistência da Câmara dos Deputados e do Senado. No Poder Judiciário, criou o Supremo Tribunal de Justiça, que mudou de nome e atualmente se chama Supremo Tribunal Federal.

Segundo a Agência Brasil, durante o evento de lançamento, o diretor de Administração do Banco Central, Rodrigo Alves Teixeira, disse que a moeda comemorativa representa uma contribuição para que a lembrança da primeira Constituição se torne "perene" na memória nacional.

"O Banco Central está lançando hoje uma moeda comemorativa, homenageando, ao mesmo tempo, as duas câmaras do Poder Legislativo e o texto legal que os deu origem. Presente e passado se encontram nessa moeda, que, de um lado, mostra o Palácio do Congresso Nacional, símbolo do Poder Legislativo; e, de outro, o livro aberto da primeira Constituição, com a pena, como foi escrito 200 anos atrás", afirmou.

Tegra Incorporadora S.A.

CNPJ/MF nº 30.213.493/0001-09 - NIRE nº 35300550676

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada no Dia 14 de Março de 2024

Aos 14/03/2024, às 08hs, na sede social da Tegra Incorporadora S.A.. A presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** Aprovar e recomendar a aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; Aprovar a proposta de destinação dos resultados apurados com base nas Demonstrações Financeiras do exercício social de 31/12/2023, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para aprovação dos acionistas da companhia; Aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, o aumento do capital social da Companhia, no valor total de R$ 25.970.861,91, passando o capital social **de** R$ 531.181.757,14 **para** R$ 557.152.619,05, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de créditos detidos pelos acionistas contra a Companhia, referentes aos dividendos a que fazem jus, no montante total de R$ 25.970.861,91; Aprovar a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos e prazos da lei, para deliberar sobre as matérias tratadas no art. 132 da Lei 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 14/03/2024. **Henrique Carsalade Martins -** Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 125.717/24-6 em 21/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TIJOÁ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

("Tijoá" ou "Cia.")

CNPJ nº 14.522.198/0001-88 - NIRE 35.300.414.063

Ata de AGOE em 28/03/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 28/03/24, às 10h, na filial da Cia. localizada na Praia do Flamengo nº 154, sala 1.103, Flamengo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, por vídeo conferência. **2. Convocação e Presença**: Convocação publicada nos dias 12, 13 e 14/03/24, no Jornal Monitor Mercantil de São Paulo, na forma do art. 124, § 1º, I da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). Foi verificada a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia.. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Carlo Alberto Bottarelli; Secretária: Sra. Renata Moretzsohn. **4. Ordem do Dia:** (1) em AGO: (i) tomar as contas dos administradores, e examinar, discutir e votar as Dfs. da Cia., acompanhadas do Parecer dos Auditores Externos Independentes e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31/12/23; (ii) destinação do lucro líquido auferido pela Cia. no exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleição de membros do Conselho de Administração da Cia. e designação de seu Presidente; e (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Cia.; e (2) em AGE: (i) nos termos do art. 13, §2º, (m) do Estatuto Social da Cia., deliberar sobre o impasse na fixação da remuneração global dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Cia. para o ano. **5. Deliberações:** Os acionistas deliberaram o que segue: Em Assembleia Ordinária: (i) Aprovar, por unanimidade, as Dfs. da Cia., acompanhadas do Parecer, sem ressalvas, dos Auditores Externos Independentes, o Relatório da Administração emitido em 25/01/24 e parecer favorável do Conselho Fiscal datado de 28/02/24 relativos ao exercício social findo em 31/12/23, os quais foram colocados à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Cia.. As referidas Dfs. foram publicadas na edição de 07/03/24, página 5, do Jornal Monitor Mercantil de São Paulo, conforme previsão do § 4º do art. 133 da Lei das S.A., tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. (ii) Aprovar, por unanimidade, a Proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício de 2023 no montante de R$ 86.552.093,43, conforme segue: (a) já constituído no limite estabelecido de 20% do capital social para a constituição da Reserva Legal; (b) R$ 21.638.023,43, correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, como dividendos mínimos obrigatórios, já pagos como antecipação de dividendos intermediários em 2023, e (c) como dividendos adicionais: (c.1) R$ 22.361.976,57 sendo que os valores de (b) e (c.1) já foram integralmente pagos aos acionistas conforme aprovado nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Cia. realizadas em 25 de agosto, 09 de novembro e 22/12/23; e (c.2) R$ 42.552.093,71, correspondente ao saldo do lucro líquido que será distribuído da seguinte maneira: (a) R$ 25.000.000,00, após aprovação em assembleia ordinária pelos acionistas, na proporção de sua participação no capital social da Cia.; e (b) R$ 17.522.093,71, aos acionistas na proporção de sua participação no capital social da Cia. conforme disponibilidade de caixa. (iii) Os acionistas decidiram retirar da pauta a eleição dos membros do Conselho de Administração da Cia., que será objeto de assembleia específica, a ser oportunamente convocada para tal fim. (iv) Os acionistas decidiram retirar da pauta a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Cia., que será objeto de assembleia específica, a ser oportunamente convocada para tal fim. Em Assembleia Extraordinária: (i) Os acionistas decidiram retirar da pauta a deliberação acerca da fixação da remuneração global dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Cia. para o ano corrente, que será objeto de assembleia extraordinária específica, a ser oportunamente convocada para tal fim. **6. Esclarecimentos:** As publicações da Cia., conforme determina o art. 289 da Lei das S.A. serão feitas no jornal Monitor Mercantil. Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, §1º da Lei das S.A.. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem quisesse dela fazer uso e, como ninguém se manifestou, deu por encerrada a sessão, solicitando a lavratura da presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi por todos assinada. **8. Assinaturas:** Mesa: Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Renata Moretzsohn – Secretária. Acionistas: Juno Participações e Investimentos S.A. e Furnas Centrais Elétricas S.A.. Certifico que a presente certidão é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. RJ, 28/03/24. Renata Moretzsohn - Secretária da Mesa. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 142.565/24-6 em 09/04/24. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Tegra Incorporadora S.A.

CNPJ/MF nº 30.213.493/0001-09 - NIRE nº 35.300.550-676

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração - Realizada no Dia 14 de Março de 2024

Aos 14/03/2024, às 10h, realizada remotamente, por intermédio de videoconferência, a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** Aprovar a prestação de fiança pela Companhia para fiel cumprimento das obrigações assumidas por sua controlada TGSP-45, conforme o Termo de Contragarantia a ser celebrado entre a TGSP-45 e a Fairfax ("Contrato TGSP-45"), no qual a Companhia figura como fiadora. O Contrato TGSP-45 é acessório à Apólice de Seguro que tem como tomadora a TGSP-45 e como segurado o Município de São Paulo, com o objetivo de garantir o pagamento do valor total do débito em discussão objeto da Execução Fiscal nº 1563839-43.2023.8.26.0090, promovida pela Prefeitura do Município de São Paulo em face da TGSP-45, em trâmite perante a Vara das Execuções Fiscais Municipais do Foro Central da Comarca de São Paulo, decorrente de cobrança de débitos de ISS consubstanciada na CDA nº 56114412023801 e no auto de infração nº 6821714-5. Aprovar a prestação de fiança pela Companhia para fiel cumprimento das obrigações assumidas por sua controlada TG São Paulo 2, conforme o Contrato de Contragarantia a ser celebrado entre a TG São Paulo 2 e a Fairfax ("Contrato TG São Paulo 2"), no qual a Companhia figura como fiadora. O Contrato TG São Paulo 2 é acessório à Apólice de Seguro que tem como tomadora a TG São Paulo 2 e como segurado o Município de São Paulo, com o objetivo de garantir o pagamento do valor total do débito em discussão objeto da Execução Fiscal nº 1567165-11.2023.8.26.0090, promovida pela Prefeitura do Município de São Paulo em face da TG São Paulo 2, em trâmite perante a Vara das Execuções Fiscais Municipais do Foro Central da Comarca de São Paulo, decorrente de cobrança de débitos de ITBI consubstanciada na CDA nº 56475922023601 e no auto de infração nº 90.035.319-8. Autorizar os Diretores da Companhia a executar e praticar todos os atos necessários para a contratação descrita acima. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 14/03/2024. **Henrique Carsalade Martins -** Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 125.718/24-0 em 21/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Tegra Incorporadora S.A.

CNPJ/MF nº 30.213.493/0001-09 - NIRE nº 35300550676

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada no Dia 18 de Março de 2024

Aos 18/03/2024, às 09h, na sede social da Tegra Incorporadora S.A.. Conselho de Administração. **Deliberações:** Aprovar a reeleição dos seguintes diretores, para um prazo de gestão unificado de 2 anos, a contar da presente data e que se encerrará na data da primeira Reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Para o cargo de Diretor Presidente: **Ubirajara Spessotto de Camargo Freitas**, RG nº 7.456.960-0, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 030.086.368-37. Para o cargo de Diretor Financeiro e de Relação com Investidores: **Alexandre Wolynec,** RG nº 19.993.928-7, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 148.015.948-40, Para o cargo de Diretor de Unidade de Negócios de São Paulo e Rio de Janeiro: **Thiago Rocha de Castro,** RG nº 16325148-4, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 284.092.258-40. Para o cargo de Diretor Jurídico: **Dan Suguio**, OAB nº 196.220, inscrito no CPF/MF sob nº 265.101.758-27. Para o cargo de Diretor de Construção: **Fabio Almeida de Barros**, RG nº 270944965, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 262.401.298-28. Para o cargo de Diretora de Assuntos Corporativos: **Patrícia Fernandes Caseira**, RG nº 08764487-8, IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob nº 014.710.467-02. Para o cargo de Diretor de Desenvolvimento Urbano: **Marcelo Puntel de Oliveira**, RG nº 6.455.977-4, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 047.965.898-64. Para o cargo de Diretor Comercial e Vendas: **João Mendes Silveira de Almeida,** RG nº MG 7.925.925, SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 032.621.686-37. Os membros da Diretoria ora reeleitos serão investidos em seus respectivos cargos mediante a assinatura, dentro do prazo legal. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 18/03/2024. **Henrique Carsalade Martins -** Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 130.940/24-0 em 28/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Tegra Incorporadora S.A.

CNPJ/MF nº 30.213.493/0001-09 - NIRE 35.300.550-676

Ata da Reunião do Conselho de Administração - Realizada no Dia 14 de Março de 2024

Aos 14/03/2024, às 09h, realizada remotamente, por intermédio de videoconferência. **Deliberações:** Aprovar a atualização dos seguintes documentos da Companhia: Código de Conduta; e Regimento Interno do Conselho de Administração. Autorizar os Diretores da Companhia a executar e praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas. **Encerramento:** nada mais a tratar. São Paulo, 14/03/2024. **Henrique Carsalade Martins -** Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 125.171/24-9 em 21/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Tegra Incorporadora S.A.

CNPJ/MF nº 30.213.493/0001-09 - NIRE nº 35300550676

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada no Dia 18 de Março de 2024

Aos 18/03/2024, às 08h, na sede social da Tegra Incorporadora S.A. à presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Deliberações: I. Em Assembleia Geral Ordinária:** Aprovar as contas da administração, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, tendo sido dispensada a leitura de ditos documentos, uma vez que foram publicados na edição do dia 15/03/2024, a versão resumida no jornal físico "Monitor Mercantil" fl. 16 e a íntegra no jornal digital, os quais eram de pleno conhecimento dos acionistas. Considerar sanada a falta de publicação dos anúncios e a inobservância dos prazos referidos no Art. 133 da Lei das S.A., conforme faculta o §4º do mesmo artigo. Registrar o lucro líquido apurado no exercício social findo em 31/12/2023, no valor de R$ 109.350.997,51, aprovando a seguinte destinação: R$ 5.467.549,88 para a conta de reserva legal; R$ 77.912.585,73 para conta de reserva para investimento e capital de giro; e R$ 25.970.861,91 para conta de dividendos a pagar, na proporção da participação de cada acionista no capital social da Companhia. Aprovar a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, para um prazo de gestão de 2 anos a contar da presente data e que se encerrará na data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, os Srs. **Presidente do Conselho de Administração: Henrique Carsalade Martins,** RG nº 10275943-8, DETRAN/RJ, CPF/MF nº 075.362.237-81; **Vice Presidente do Conselho de Administração: Luiz Ildefonso Simões Lopes,** RG nº 2.286.311-2, IFP/RJ, CPF/MF nº 042.852.127-49; **Membro do Conselho de Administração: Alexandre Honore Marie Thiollier Neto,** RG nº 24.587.282-6, CPF/MF nº 127.013.528-78; e **Membro do Conselho de Administração: Paulo Cesar Carvalho Garcia,** OAB/RJ nº 75.578, CPF/MF nº 946.708.897-53. Fixar o limite da remuneração global dos Administradores para o exercício de 2024 no valor de até R$ 22.220.000,00, abrangendo remuneração fixa e variável e benefícios diretos e indiretos dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. **II. Em Assembleira Geral Extraordinária:** Aprovar o aumento do capital social da Companhia, no valor total de R$ 25.970.861,91, passando o capital social **de** R$ 531.181.757,14 **para** R$ 557.152.619,05, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de créditos detidos pelos acionistas contra a Companhia, referentes aos dividendos a que fazem jus declarados nesta Assembleia no montante total de R$ R$ 25.970.861,91. Em razão da deliberação acima aprovada, o Artigo 5º, Capítulo II - Capital Social e Ações, do Estatuto Social da Companhia, passa a vigorar conforme segue: ***"Artigo 5º -*** *O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 557.152.619,05, dividido em 334.150.965 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." Consolidar o Estatuto Social da Companhia*. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 18/03/2024. **Henrique Carsalade Martins -** Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 127.045/24-7 em 25/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MZ Group S.A.

CNPJ nº 11.382.666/0001-78

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais da controladora e consolidado encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos milhares de Reais)

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	10	9.143	10.737
Títulos e valores mobiliários	-	-	4.546	238
Contas a receber	-	-	9.632	10.428
Impostos a recuperar	-	-	1.895	1.376
Outras contas a receber	-	-	429	289
Total do ativo circulante	**4**	**10**	**25.645**	**23.068**
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários	-	-	5.390	6.380
Partes relacionadas	2.754	2.745	-	-
Impostos a recuperar	4	4	638	638
Impostos diferidos	-	-	303	218
Depósitos judiciais	-	-	690	690
Investimentos	31.385	26.182	-	-
Imobilizado	-	-	1.097	1.025
Intangível	-	-	14.140	14.528
Direito de uso	-	-	2.865	-
Total do ativo não circulante	**34.143**	**28.931**	**25.123**	**23.479**
Total do ativo	**34.147**	**28.941**	**50.768**	**46.547**

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Fornecedores	-	-	1.803	2.340
Empréstimos e financiamentos	-	-	11	11
Arrendamentos a pagar	-	-	913	-
Obrigações sociais e tributárias	-	-	1.843	2.203
Obrigações trabalhistas	-	-	1.033	128
Receita diferida	-	-	3.123	3.203
Outros passivos	2.000	-	3.311	871
Total do passivo circulante	**2.000**	**-**	**12.037**	**8.756**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	683	758
Arrendamentos a pagar	-	-	2.012	-
Obrigações tributárias	4	4	638	638
Partes relacionadas	6.493	3.456	-	-
Total do passivo não circulante	**6.497**	**3.460**	**3.333**	**1.396**
Patrimônio líquido				
Capital social	16.696	16.696	16.696	16.696
Capital social a integralizar	-	(82)	-	(82)
Reserva Legal	423	187	423	187
Outros resultados abrangentes	4.096	5.288	4.096	5.288
Reserva de lucros acumulados	4.435	3.392	4.435	3.392
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**25.650**	**25.481**	**25.650**	**25.481**
Participação dos acionistas não controladores	-	-	9.748	10.914
Total do patrimônio líquido	**25.650**	**25.481**	**35.398**	**36.395**
Total do passivo e patrimônio líquido	**34.147**	**28.941**	**50.768**	**46.547**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Milhares de Reais)

	Capital social	Capital a Integralizar	Reservas de capital	Reservas Legais	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Reserva de lucros	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**16.696**	**(82)**	**1.425**	**423**	**(1.518)**	**7.229**	**(1.956)**	**-**	**22.217**	**9.865**	**32.082**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.276	5.276	5.775	11.051
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	(423)	-	-	1.956	(1.533)	-	-	-
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	-	-	-	-	-	(1.941)	-	-	(1.941)	(2.036)	(3.977)
Reserva legal	-	-	-	187	-	-	-	(187)	-	-	-
Outras movimentações	-	-	(1.425)	-	1.518	-	-	(164)	(71)	(2.690)	(2.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**16.696**	**(82)**	**-**	**187**	**-**	**5.288**	**-**	**3.392**	**25.481**	**10.914**	**36.395**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.621	4.621	1.944	6.565
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)	(1.757)	(6.757)
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	-	-	-	-	-	(1.354)	-	-	(1.354)	(1.353)	(2.707)
Reserva legal	-	-	-	231	-	-	-	(231)	-	-	-
Outras movimentações	-	82	-	5	-	162	-	1.653	1.902	-	1.902
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**16.696**	**-**	**-**	**423**	**-**	**4.096**	**-**	**4.435**	**25.650**	**9.748**	**35.398**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	-	-	88.388	93.916
Custos dos serviços prestados	-	-	(41.126)	(40.107)
Lucro bruto	**-**	**-**	**47.262**	**53.809**
Receitas/(Despesas) operacionais				
Despesas administrativas e gerais	(7)	(122)	(30.875)	(30.721)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.436)	(930)	(7.128)	(8.047)
Resultado de equivalência patrimonial	7.063	6.328	-	-
Lucro antes do resultado financeiro	**4.620**	**5.276**	**9.259**	**15.041**
Receitas financeiras	1	-	704	526
Despesas financeiras	-	-	(157)	(2.615)
Lucro antes dos impostos	**4.621**	**5.276**	**9.806**	**12.952**
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(3.327)	(2.119)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	86	218
Lucro líquido do exercício	**4.621**	**5.276**	**6.565**	**11.051**
Lucro líquido atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	4.621	5.276
Acionistas não controladores	-	-	1.944	5.775
Quantidade de ações	-	-	153.320	153.320
Lucro por ação (expresso em R$ por ação)	-	-	0,04	0,07

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de resultados abrangentes da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	**4.621**	**5.276**	**6.565**	**11.051**
Resultado abrangente				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	(1.354)	(1.941)	(2.707)	(3.977)
Resultado abrangente total	**3.267**	**3.335**	**3.858**	**7.074**
Resultado abrangente atribuível aos				
Acionistas não controladores	-	-	3.267	3.335
Acionistas controladores	-	-	591	3.739

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa da controladora e consolidado - Método indireto em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes dos impostos	4.621	5.276	9.806	12.952
Ajuste para reconciliação do resultado líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	8	717	589
Provisão para contingências	-	-	-	(222)
Provisão de perdas de ativos não recuperáveis	-	114	-	826
Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa	-	26	4.691	6.265
Resultado de equivalência patrimonial	(7.063)	(6.328)	-	-
Perdas com marcação a mercado de investimentos	-	-	-	2.454
(Ganhos) perdas em participações societárias	2.436	904	2.436	1.765
Impostos diferidos	-	-	(85)	(218)
Juros de arrendamento	-	-	20	-
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo				
Títulos e valores mobiliários	-	-	(3.318)	(4.917)
Contas a receber	-	-	(3.895)	(6.537)
Impostos a recuperar	-	(22)	(519)	(1.027)
Depósitos judiciais	-	-	-	-
Outras contas a receber e despesas antecipadas	-	20	(140)	605
Fornecedores	-	-	(537)	279
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(360)	892
Obrigações tributárias	-	-	(2.326)	(470)
Receita diferida com partes relacionadas	-	-	(80)	(1.120)
Contas a pagar e outros passivos	-	-	1.071	(2.433)
Caixa gerado (consumido) pelas operações	**(6)**	**(2)**	**7.481**	**9.683**
Juros pagos	-	-	(20)	(39)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.241)	(1.901)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(6)**	**(2)**	**4.220**	**7.743**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições (baixas) de investimentos	-	12	-	-
Ativo imobilizado e intangível	-	-	(1.245)	(752)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**-**	**12**	**(1.245)**	**(752)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de empréstimos	-	-	(55)	(55)
Partes relacionadas	3.000	-	-	-
Distribuição de dividendos	(3.000)	-	(4.514)	(6.562)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**-**	**-**	**(4.569)**	**(6.617)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(6)**	**10**	**(1.594)**	**374**
Caixa no início do exercício	10	-	10.737	10.363
Caixa no final do exercício	4	10	**9.143**	10.737
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(6)**	**10**	**(1.594)**	**374**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Felipe Pereira da Silva - Contador - CRC 1SP303265/O-1

As Demonstrações Contábeis na íntegra e o Relatório do Auditor Independente auditado pela RSM Acal Auditores Independentes S.S. encontram-se à disposição na sede da Empresa

Azulão Geração de Energia S.A.

CNPJ: 30.185.130/0001-07

A nova redação do art. 289, I e II, da Lei nº 6.404/76 cria uma forma especial para a publicação das demonstrações financeiras resumidas em jornais impressos, possibilitando que a companhia publique de maneira desagregada os valores dos grupos de contas individualmente relevantes e de maneira agregada valores de grupos de conta individualmente pouco relevantes.
Para evitar quaisquer dúvidas dos leitores das demonstrações financeiras resumidas, destacamos os seguintes avisos:
1) Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
2) As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) https://ri.eneva.com.br/informacoes-financeiras/informacoes-sobre-controladas/azulao-geracao-de-energia-s-a/
b) https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 26/03/2024, sem modificações.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	74.805	9.000
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	169.580	74.755
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos	(83.023)	(307.898)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos (gerados) pelas atividades de financiamentos	(73.026)	233.226
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**13.531**	**83**
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	91	8
No fim do exercício	13.622	91
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**13.531**	**83**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida		590.603	321.592
Custo operacional		(398.279)	(251.895)
Lucro bruto		**192.324**	**69.697**
Despesas/Receitas operacionais			
Gerais e administrativas		(30.197)	(19.627)
Outras receitas (despesas) operacionais		1.800	(41)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		**163.927**	**50.029**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		49.547	26.997
Despesas financeiras		(138.669)	(68.026)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**74.805**	**9.000**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro			
Corrente	4	(521)	-
Diferido	4	(22.735)	(3.522)
Lucro líquido do exercício		**51.549**	**5.478**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**51.549**	**5.478**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**51.549**	**5.478**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial - *Em 31/12/2023 e 2022 (em milhares de reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		13.622	91
Títulos e valores mobiliários		9.008	99
Contas a receber		66.545	56.851
Estoques		66.583	12.972
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		12.887	10.446
Outros impostos a recuperar		1.070	11.950
Outros ativos circulantes		13.957	3.200
		183.672	**95.609**
Não circulante			
Outros impostos a recuperar		39.657	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4	-	6.488
Outros Passivos não circulantes		1.790	375
		41.447	**6.863**
Imobilizado	5	2.372.506	2.338.688
Intangível		2.713	3.032
		2.375.219	**2.341.720**
Total Ativo		**2.600.338**	**2.444.192**
	Nota	**2023**	**2022**
Passivo Circulante			
Fornecedores		35.711	39.671
Empréstimos e financiamentos	6	96.266	102.005
Dividendos a pagar		3.222	-
Arrendamento		39.378	9.852
Imposto de renda e contribuição social a recolher		982	36
Outros impostos a recolher		46.029	14.542
Obrigações sociais e trabalhistas		9.397	9.382
Provisões		3.256	21.466
Outras passivos circulantes		18.888	2.002
		253.129	**198.956**
Não circulante			
Fornecedores		26.795	104.202
Empréstimos e financiamentos	6	772.298	913.134
Arrendamento		76.374	22.444
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4	16.247	-
Outras passivos circulantes não circulantes		8.446	10.834
		900.160	**1.050.614**
Total do Passivo		**1.153.289**	**1.249.570**
Patrimônio líquido	8		
Capital social		1.316.886	1.161.846
Reserva legal		1.771	-
Reserva de incentivo fiscal		1.424	-
Reserva de lucros		28.995	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		97.973	48.913
Prejuízos acumulados		-	(16.137)
Total do patrimônio líquido		**1.447.049**	**1.194.622**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.600.338**	**2.444.192**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Azulão Geração de Energia S.A. (a "Companhia" ou "Azulão") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e com filial na cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima. Foi constituída em 05/04/2018 com o objetivo de desenvolver, construir e operar projetos de unidades de geração térmica a partir do gás natural, bem como a participação no capital de outras sociedades simples ou empresariais, que possuam objeto social semelhante ao da Companhia. A Azulão Geração de Energia S.A., contém o resultado da UTE Jaguatirica II ("UTE Jaguatirica II") e compreende toda a operação desde a liquefação de gás natural até a geração de energia na usina. A UTE Jaguatirica II começou a fornecer energia para o Sistema Isolado de Roraima no dia 15/02/2022, com a operação comercial da primeira turbina a gás. No dia 09/03/2022, a segunda turbina a gás, de igual capacidade, recebeu aprovação da Aneel para iniciar a operação comercial. Em 24/05/2022, entrou em operação a terceira unidade geradora, uma turbina a vapor, atingindo sua capacidade instalada total de 141 MW. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3 - "Estimativas e julgamentos contábeis críticos". A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27/03/2024. **Declaração de relevância:** Aplicamos a Orientação Técnica OCPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. **Continuidade operacional:** Em 31/12/2023, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações financeiras no montante de R$69.491 (em 31/12/2022 era de R$102.295), entende que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia gerou em 2023 fluxo de caixa operacional positivo e tem gerado lucros consecutivos nos últimos anos. A Companhia também conta com suporte financeiro de sua controladora caso haja necessidade de caixa para honrar seus compromissos e obrigações. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia e arredondada para milhares. **Mudanças nas práticas contábeis e divulgações: (i) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:** O IASB e CPC emitiram revisões às normas existentes aplicáveis a partir de 01/01/2023. Outras normas também entraram em vigor a partir de 1º/01/2023, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. **(ii) Alterações em pronunciamentos contábeis a partir de 2024:** Recentemente, algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas e entraram em vigor a partir de 2024. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não espera que elas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras futuras da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e seus resultados são reconhecidos prospectivamente.

3.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativa	Nota Explicativa
Recuperabilidade dos impostos diferidos	**4**
Provisão para contingências	**7**

4. Tributos sobre o lucro e impostos diferidos: Prática contábil: Os tributos de IRPJ e CSLL correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. As despesas de IRPJ e CSLL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. **Estimativas e julgamentos:** Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 3 anos. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, levando em consideração as principais premissas de receitas estimadas, custos e despesas, crescimento econômico e CAPEX. **Impostos diferidos: Composição dos tributos diferidos por natureza (ativos e passivos):**

	2023	2022
IRPJ/CSL diferidos sobre Prejuízo fiscal/ Base negativa	2.929	3.424
IRPJ/CSL diferidos sobre diferenças temporárias ativas:		
Gastos pré-operacionais	5.648	7.531
Provisões ativas	16.466	13.182
Direito de uso	39.356	10.981
Ativo diferido	64.399	35.118
IRPJ/CSL sobre diferenças temporárias passivas:		
Arrendamento a pagar	(37.514)	(10.054)
Depreciação acelerada	(43.132)	(18.924)
Passivo diferido	(80.646)	(28.978)
Diferido líquido	(16.247)	6.140

a. Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - *Em 31/12/2023 e 2022 (em milhares de reais)*

	Capital Social Integralizado	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de lucros	AFAC	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2022	**927.062**	**-**	**-**	**-**	**60.967**	**(21.615)**	**966.414**
Transações com acionistas:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.478	5.478
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	222.730	-	222.730
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	234.784	-	-	-	(234.784)	-	-
Saldo em 31/12/2022	**1.161.846**	**-**	**-**	**-**	**48.913**	**(16.137)**	**1.194.622**
Transações com acionistas:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	51.549	51.549
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	204.100	-	204.100
Reserva legal	-	1.771	-	-	-	(1.771)	-
Reserva de incentivo fiscal SUDAM	-	-	1.424	-	-	(1.424)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(3.222)	(3.222)
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	28.995	-	(28.995)	-
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	155.040	-	-	-	(155.040)	-	-
Saldo em 31/12/2023	**1.316.886**	**1.771**	**1.424**	**28.995**	**97.973**	**-**	**1.447.049**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Expectativa de realização anual dos impostos diferidos*

2024: 24.802 | 2025: 19.799 | 2026: 19.798 | Total: 64.399

* ***A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 3 anos.***

Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: Em 31/12/2023, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o Imposto de Renda (IRPJ) (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a Contribuição Social (CSLL) (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de IRPJ e CSLL é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	74.804	9.000
Alíquota nominal - %	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	**(25.433)**	**(3.060)**
Diferenças permanentes	730	(793)
Ativo fiscal não constituído	-	331
Redução Benefício SUDAM e PAT (a)	1.447	-
	(23.256)	**(3.522)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(521)	-
Imposto de renda e contribuição Social diferidos	(22.735)	(3.522)
Total	**(23.256)**	**(3.522)**
Alíquota efetiva	**31,09%**	**- 39,13%**

a. *O valor mais relevante se refere ao benefício fiscal regional concedido pela Sudam, que resulta em redução de até 75% do IRPJ, e tem prazo de fruição até 12/2032.*

5. Imobilizado: Prática contábil: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos a partir do seu início de operação.

12.1 Composição dos saldos

2023

	Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	7 anos	16 anos	-	1 a 28 anos	-
Custo									
Saldo em 31/12/2022	**2.896**	**234.656**	**1.112.115**	**1.665**	**95.445**	**2.626**	**915.224**	**49.121**	**2.413.748**
Adições	-	-	-	-	-	-	244.176	127.635	371.811
Baixas	-	-	-	-	-	-	(625)	-	(625)
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	-	-	-	(207.454)	-	(207.454)
Transferências	-	342.898	444.517	117	4.337	33	(791.902)	-	-
Saldo em 31/12/2023	**2.896**	**577.554**	**1.556.632**	**1.782**	**99.782**	**2.659**	**159.419**	**176.756**	**2.577.480**
Depreciação									
Saldo em 31/12/2022	**-**	**(5.375)**	**(38.539)**	**(153)**	**(11.346)**	**(94)**	**-**	**(19.553)**	**(75.060)**
Adições	-	(12.119)	(56.554)	(285)	(13.919)	(169)	-	(46.868)	(129.914)
Saldo em 31/12/2023	**-**	**(17.494)**	**(95.093)**	**(438)**	**(25.265)**	**(263)**	**-**	**(66.421)**	**(204.974)**
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2022	**2.896**	**229.281**	**1.073.576**	**1.512**	**84.099**	**2.532**	**916.425**	**29.568**	**2.338.688**
Saldo em 31/12/2023	**2.896**	**560.060**	**1.461.539**	**1.344**	**74.517**	**2.396**	**159.419**	**110.335**	**2.372.506**

2022

	Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	7 anos	16 anos	-	2 a 28 anos	-
Custo									
Saldo em 31/12/2021	**2.824**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.047.483**	**48.861**	**2.099.168**
Adições	72	72.426	77.079	-	644		72.908	260	223.389
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	-	-	-	91.191	-	91.191
Transferências		162.230	1.035.036	1.665	94.801	2.626	(1.296.358)	-	-
Saldo em 31/12/2022	**2.896**	**234.656**	**1.112.115**	**1.665**	**95.445**	**2.626**	**915.224**	**49.121**	**2.413.748**
Depreciação (a)									
Saldo em 31/12/2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(9.773)**	**(9.773)**
Adições	-	(5.375)	(38.539)	(153)	(11.346)	(94)	-	(9.780)	(65.287)
Saldo em 31/12/2022	**-**	**(5.375)**	**(38.539)**	**(153)**	**(11.346)**	**(94)**	**-**	**(19.553)**	**(75.060)**
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2021	**2.824**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.047.483**	**39.088**	**2.089.395**
Saldo em 31/12/2022	**2.896**	**229.281**	**1.073.576**	**1.512**	**84.099**	**2.532**	**916.425**	**29.568**	**2.338.688**

Avaliação de *impairment*: A Companhia realizou a avaliação quanto à existência de qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável ('impairment') do seu ativo imobilizado, conforme estabelecido pelos normativos contábeis, e não foi identificados nenhum indicativo para esses ativos. **6. Empréstimos e financiamentos: Prática contábil:** Os empréstimos, financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos e financiamentos é por meio dos fluxos de caixa de financiamentos. **Depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos:** A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos atendem aos seguintes critérios: • não estão condicionados a eventos futuros; e • são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência. Dessa forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto aos empréstimos e financiamentos a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas*	Vencimento	2023 Custo de Captação a Apropriar	2023 Principal	2023 Juros	2023 Total	2022 Custo de Captação a Apropriar	2022 Principal	2022 Juros	2022 Total
Empréstimos e financiamentos												
BASA SubCrédito A e B	R$	IPCA + 1,6190%	6,72%	16/06/2036	(6.961)	521.586	2.717	517.342	(7.673)	563.431	3.404	559.162
BASA SubCrédito C	R$	IPCA + 1,3247%	6,43%	16/06/2036	(4.640)	347.724	1.811	344.894	(5.134)	375.646	2.271	372.783
FDA	R$	IPCA + 2,335%	7,44%	01/02/2038	(2.337)	214.276	822	212.761	(2.640)	199.021	16.038	212.419
					(13.938)	**1.083.585**	**5.350**	**1.074.997**	**(15.447)**	**1.138.098**	**21.713**	**1.144.364**
Depósitos vinculados					-	(206.433)	-	(206.433)	-	(129.225)	-	(129.225)
					(13.938)	**877.152**	**5.350**	**868.564**	**(15.447)**	**1.008.873**	**21.713**	**1.015.139**
Circulante								**96.266**				**102.005**
Não circulante								**772.298**				**913.134**

** Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses: IPCA a 4,68%.*

Abaixo é demonstrado a movimentação dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante):

Saldo em 2021	**913.283**
(+) Novas captações	199.021
(+) Juros incorridos	87.343
(+/-) Variação monetária	5.672
(-) Pagamento de principal	(58.140)
(-) Pagamento de juros	(79.870)
(+/-) Custo de captação	(1.655)
(+/-) Depósitos vinculados	(50.515)
Saldo em 2022	**1.015.139**
(+) Juros incorridos	22.118
(+/-)Variação monetária	50.035
(-) Pagamento de principal	(78.347)
(-) Pagamento de juros	(64.681)
(+/-)Custo de captação	1.509
(+/-)Depósitos vinculados	(77.209)
Saldo em 2023	**868.564**

Covenants financeiros e não financeiros: Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas com covenants não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido: **(i)** Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente; **(ii)** Direito dos credores de executar inspeções e visitas das instalações; **(iii)** Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; **(iv)** Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações; **(v)** Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações; **(vi)** Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios; **(vii)** Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e **(viii)** Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias. Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusula com covenants financeiros (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida "ICSD" mínimo de 1,3), apurados em balanço anual auditado a partir do terceiro ano da operação. **7. Provisão para contingências:** A Companhia é parte em ações judiciais cíveis e trabalhistas que são monitorados e constantemente avaliados pela Administração e por seus advogados internos e assessores jurídicos. **Prática contábil:** A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que haverá provável desembolso de caixa para seu encerramento. A Companhia não possui saldo da provisão para contingências nos exercícios encerrados em 31/12/2023 e 2022. **Estimativas e julgamentos:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia. **Contingências com risco possível (não provisionado):** A Companhia possui causas de natureza ambiental, cível, trabalhista, tributária e regulatória que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível. As contingências possíveis passivas estão assim representadas:

	2023	2022
Cíveis (a)	477.564	250.704
Tributárias	2.428	-
Trabalhistas	51	-
	480.043	**250.704**

a. Procedimentos Arbitrais da Companhia: A Companhia é parte em procedimento arbitral em trâmite perante a Câmara de Comércio Internacional (CCI), cuja discussão é relacionada a contrato celebrado com fornecedor de serviços de construção e montagem de empreendimento que já está em operação. A requerente pleiteia contra a Companhia reequilíbrio econômico do contrato. A Companhia, por sua vez, pleiteia a compensação por danos diretos e indiretos decorrentes do descumprimento das obrigações previstas no contrato. Os pedidos formulados contra a Companhia são estimados em R$250.704, enquanto os pedidos reconvencionais apresentados pela Companhia são estimados em R$230.000. Durante os exercícios de 2023 e 2022 a administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora. Assim sendo, não foram incorridos gastos com remuneração desses administradores pela Companhia. **8. Patrimônio líquido: Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. O capital social de Azulão Geração de Energia S.A., em 31/12/2023 e 2022, corresponde a R$ 1.316.886 e a R$ 1.140.835, respectivamente. Esse aumento deve-se a integralização dos adiantamentos para futuros aumentos de capital, vide "Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)". Abaixo o quadro societário da Companhia:

Acionista	2023 Quantidade	2023 %	2022 Quantidade	2022 %
Eneva S.A	1.315.578	99,90%	1.139.694	99,90%
Eneva Participações S.A.	1.308	0,10%	1.141	0,10%
Total	**1.316.886**	**100,00%**	**1.140.835**	**100,00%**

Em fevereiro, junho e julho de 2023, foram aprovados os aumentos de capitais no valor de R$48.912, R$73.434 e R$32.692, respectivamente, decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital, detidos pelas acionistas Eneva S.A e Eneva Participações S.A. de forma irrevogável e irretratável. **Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC):** O AFAC, é o aporte

Azulão Geração de Energia S.A.

CNPJ: 30.185.130/0001-07

de capital realozado pelo sócio na empresa, sem que esse aporte seja contabilizado no contrato social. O saldo em aberto no valor de R$97.973, deve-se ao aporte realizado pelos acionistas que serão integralizados pelo seus acionistas de forma irrevogável e irretratável. Em 2023, as acionitas Eneva S.A e Eneva Participações S.A aportaram um montante de R$204.100, sendo integralizados durante o exercício o total de R$155.040, conforme mencionado no parágrafo do capital social. **Reserva legal:** De acordo com a Lei 6.404/76 art. 193, 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social. Em 31/12/2023 o saldo da reserva legal é de R$1.771. **Reserva de incentivo fiscal:** A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Esse benefício corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda, no período de 10 anos. Para o exercício de 2023, a Companhia constituiu R$1.424. **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral, conforme a Lei nº 6.404/1976. Em 31/12/2023 o saldo da reserva de retenção de lucro é de R$29.304. **Dividendos:** A distribuição de dividendos para o acionista da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia que prevê 10% de distribuição de mínimo obrigatório. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ou Extraordinária. A distribuição do lucro líquido do exercício em 31/12/2023 está apresentada no quadro abaixo:

	2023
Lucro líquido do exercício	51.549
Absorção de prejuízos acumulados	(16.137)
Constituição de reserva legal	(1.771)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	(1.424)
Base para distribuição de dividendos	**32.217**
Dividendo mínimo obrigatório	(3.222)
Constituição de reserva de retenção de lucros	(28.995)

Diretoria: Lino Lopes Cançado - Diretor Presidente;
Marcelo Campos Habibe - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Contador: Bruno Campelo de Azevedo - CRC-RJ 106648/O-9

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JUÍZO DA 37ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, SALAS 319 E 321 - CORREDOR A, LÂMINA I, 3º ANDAR, CASTELO
RIO DE JANEIRO – RJ - C.E.P.: 20020-903 -
Tel.: (21) 3133-2954 - E-mail: cap37vciv@tjrj.jus.br

EDITAL DE ALIENAÇÃO EM LEILÃO JUDICIAL NA FORMA ELETRÔNICA (ON-LINE), COM PRAZO DE 05 DIAS PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E COM PRAZO DE 30 DIAS PARA INTIMAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S), EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO NELLY em face de ESPÓLIO DE AGOSTINHO FERREIRA na pessoa de seu representante legal FERNANDO MORETTI FERREIRA sendo os executados representados pela Curadoria Especial, nos autos do PROCESSO Nº 0269097-37.2019.8.19.0001, NA FORMA ABAIXO: O(A) Doutor(a) **SANDRO LUCIO BARBOSA PITASSI** – Juiz Titular da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital de Alienação em Leilão Judicial na forma eletrônica, com prazo de 05 (cinco) dias a todos os interessados, e com prazo de 30 (trinta) dias em especial ao(s) Executado(s) que se encontram representados pela Curadoria Especial, que será realizado o público leilão eletrônico pelo Leiloeiro Público **SÉRGIO LUIS REPRESAS CARDOSO**, que tem escritório na Rua Dom Gerardo, 63, Sala 711, Centro, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20090-030, e Telefones: (21) 99315-4063, (21) 99670-6366, (21) 98577-7550, onde: O **Primeiro Leilão** para venda por valor igual ou superior a avaliação será no dia **20/05/2024 às 12h**, e não havendo lances no primeiro leilão, o **Segundo Leilão** para venda pela melhor oferta será realizado no dia **22/05/2024 às 12h**, onde o lanço inicial será por valor igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da avaliação, sendo certo que os lances serão realizados exclusivamente através do portal do site do leiloeiro: www.sergiorepresasleiloes.com.br, e as propostas para arrematação de forma parcelada serão recebidas preferencialmente através do e-mail sergiorepresas@gmail.com. Cientes os interessados, que não havendo expediente forense na data designada, ou caso ocorra problemas na plataforma de leilões por motivo de força maior ou de caso fortuito, o leilão será automaticamente reagendado e realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. **DO(S) BEM(NS) OBJETO DO LEILÃO (Conforme laudo de avaliação indireta de index. 373/374): APARTAMENTO Nº 305, SITUADO NA RUA DA PASSAGEM, Nº 159, BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO, RJ. MATRICULADO NO 3º OFÍCIO DO RGI SOB O Nº 70811, E INSCRITO NA PREFEITURA SOB O Nº 0.691.391-7 E CL Nº 78725. POSSUI 28M² DE ÁREA EDIFICADA E A FRAÇÃO IDEAL DE 1/48 DO TERRENO.** DESCRIÇÃO: EDIFÍCIO: Edifício residencial. Apartamento de fundos. Portaria com funcionamento 24hs. Contando com dois elevadores. Sem vaga de garagem. DA REGIÃO: Área residencial, servida de distribuição de energia elétrica, serviço de transporte público, rede telefônica e iluminação pública. DAS CONFRONTAÇÕES E DIVISAS: composto pelo terreno que mede na totalidade: 11,20m de largura na frente; 13,10m na linha dos fundos; 19,70m pelo lado direito e 18,45m pelo lado esquerdo; confrontando pelo lado direito com o prédio nº 155; pelo lado esquerdo e nos fundos com os prédios 161, 161-A e 163. **DA AVALIAÇÃO**: METODOLOGIA AVALIATÓRIA: Foi utilizado o mercado de compra e venda no mês de outubro/2023 e equilíbrio entre a oferta e a procura de imóveis similares ao do avaliado, com os preços médios à vista, sendo as fontes os usuais e ao tempo das diligências, e ainda o valor atribuído pela Prefeitura do Rio de Janeiro ao imóvel para fins de cobrança do ITBI. Assim, em 10 de outubro de 2023 o imóvel objeto de leilão foi avaliado indiretamente no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), correspondentes a 46.158,462 UFIR, que atualizadas nesta data, perfaz a quantia de **R$ 209.434,78 (Duzentos e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos). DOS DÉBITOS SOBRE O IMÓVEL:** Cientes os interessados que conforme Certidão Enfiteutica atualizada em 18/03/2024, NÃO constam débitos de IPTU. Que conforme Certidões de Débitos emitida em 20/08/2024, constam Débitos de FUNESBOM cuja soma perfaz o valor de R$ 242,08 (Duzentos e quarenta e dois reais e oito centavos). Que conforme planilha fornecida pela administradora do Condomínio em 01/03/2024, constam débitos de condomínio em aberto, cujo a soma perfaz o valor de R$ 73.948,12 (Setenta e três mil, novecentos e quarenta e oito reais e doze centavos). Ciente os interessados que todas as informações dos débitos acima apresentados, deverão ser atualizadas até o ato do leilão. **OBSERVAÇÕES NA MATRÍCULA DO IMÓVEL PERANTE O RGI:** Cientes os interessados do seguinte: Que consta no R-2 o registro da penhora da ação que determinou o presente leilão. **INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO PROCESSO:** Ciente os interessados do seguinte: Que o Executado foi citado da Execução através da publicação de Edital com prazo de 30 dias, conforme index. 188/190. Que a Curadoria Especial tomou ciência da citação dos executados por edital no index. 208. Que no index. 210 consta deferimento da penhora. Que o Termo de Penhora foi lavrado no index. 246. Que os executados foram intimados da penhora, conforme index. 309. Que a Curadoria Especial tomou ciência da intimação dos executados sobre a penhora no index. 317. Que a Curadoria Especial tomou ciência da intimação dos executados sobre a avaliação no index. 381. Que o Juízo homologou a avaliação no index. 387. **DOS LANCES ELETRÔNICO (ONLINE): 1.** Serão realizados de acordo com as datas e horários previstos no presente edital, sendo certo que os horários considerados neste edital serão sempre o fuso horário de Brasília/DF; **2.** Os interessados em participar do leilão na modalidade Eletrônica (Online), deverão efetuar o cadastro e ofertar seus lances online exclusivamente através do site do Leiloeiro Público Oficial, pelo seguinte sítio eletrônico: ***www.sergiorepresasleiloes.com.br;*** **3.** Os interessados deverão se cadastrar previamente no site ***www.sergiorepresasleiloes.com.br***, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento e de modo absolutamente gratuito, ficando o interessado responsável civil e criminalmente pelas informações lançadas no preenchimento do aludido cadastro, oportunidade em que preencherá os dados pessoais, anexará os documentos requeridos e aceitará as condições de participação previstas neste Edital e no Termo de Compromisso constante do sítio eletrônico. **3.1.** Ciente os interessados que o auto de arrematação sempre será lavrado em nome do cliente cadastrado, uma vez que o cadastro e o aceite dos termos e condições para a participação em nossos leilões é pessoal e intransferível. **4.** Somente serão confirmados os cadastros pela internet, após o obrigatório envio das cópias dos documentos a seguir transcritos: a) se pessoa física: Carteira de Identidade, CPF, comprovante de residência, enviar uma foto de rosto (selfie) segurando o documento de identidade aberto (frente e verso), e se for casado(a), anexar ainda a Certidão de Casamento e Carteira de Identidade e CPF do Cônjuge; b) se pessoa jurídica: CNPJ, contrato social (até a última alteração) ou Declaração de Firma Individual, RG, CPF e enviar uma foto de rosto (selfie) segurando o documento de identidade aberto (frente e verso) do representante legal ou do preposto da pessoa jurídica respectiva, bem como procuração com poderes para atuar no leilão destes autos, e demais documentos que se fizerem necessários. **5.** A aprovação do cadastro será confirmada através do e-mail pessoal informado pelo usuário, tornando-se indispensável mantê-lo válido e regularmente atualizado. **6.** Os Lances Online serão concretizados no ato de sua captação pelo provedor e não no ato da emissão pelo participante. Assim, diante das diferentes velocidades nas transmissões de dados, dependentes de uma série de fatores alheios ao controle pelo provedor, o Leiloeiro não se responsabiliza por lances ofertados que não sejam recebidos antes do fechamento do lote. **7.** Cientes os interessados, que não havendo expediente forense na data designada, ou caso ocorra problemas na plataforma de leilões por motivo de força maior ou de caso fortuito, o leilão será automaticamente reagendado e realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. **8.** Demais informações serão prestadas na ocasião do pregão suprindo, assim, qualquer omissão porventura existente neste Edital. **DAS ADVERTÊNCIAS: 1.** Ficam intimadas as partes através deste Edital, caso não o sejam pelo Senhor Oficial de Justiça (art. 889 do CPC). **2.** As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos Editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. **3.** Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, bem como, em se tratando de bens imóveis de eventuais restrições para construção, averbadas ou não na matrícula ou para construções futuras. **4.** Havendo arrematação do bem, o preço da arrematação deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil S.A., podendo ainda, ser a mesma enviada pelo leiloeiro ao arrematante. **4.1.** Se o arrematante não pagar o preço no prazo estabelecido, o juiz impor-lhe-á, em favor do exequente, a perda da caução, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante remisso (Art. 897 do CPC). **5.** O arrematante pagará imediatamente e diretamente ao Sr. Leiloeiro o valor de sua comissão, através de depósito bancário em sua conta corrente ou na conta de seu Preposto indicado. **5.1.** A conta corrente para a realização do depósito será informada pelo Sr. Leiloeiro ao arrematante através e-mail ou através de contato telefônico. **5.2.** Decorrido o prazo sem que o(s) arrematantes(s) tenha(m) realizado o(s) depósito(s), tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. **6 - Assinado o auto de arrematação pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado. (art. 903 do CPC). 7 -** Violência ou fraude em arrematação judicial - Art. 358 do Código Penal. Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena – detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. 8 – Em relação a preferência na arrematação, observar-se-á ainda os artigos, 843 e 892, §§ 2º e 3º , ambos do CPC. **DO PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: 1. À Vista:** A venda será efetuada à vista. Feito o leilão, o valor apurado será depositado imediatamente e colocado à disposição do Juízo, sujeito as penas da lei, na forma do artigo 892, caput, do CPC. **2. Parcelado**: Caso haja algum interessado em participar do leilão através do oferecimento de lances para pagamento parcelado, o mesmo deverá fazê-lo por escrito (nos termos do art. 895, I e II do CPC), entregue ao Leiloeiro preferencialmente através do e-mail: sergiorepresas@gmail.com, sempre antes do início de cada leilão, para controle, lançamento na plataforma de leilões e posterior apresentação da proposta vencedora ao M.M. Juízo, que decidirá por sua pertinência. **2.1**. Ciente os interessados que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (art. 895, inciso II, § 7º, do CPC). **3.** Feito o leilão, lavrar-se-á de imediato o auto de arrematação ou o auto de leilão negativo (artigo 901, do CPC). **4**. O valor da comissão do leiloeiro deverá, no caso de arrematação, ser pago diretamente a ele pelo arrematante. **4.1.** O arrematante deverá pagar diretamente e imediatamente em favor do Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a 5%, que será devido nos casos de arrematação ou adjudicação, o qual não está incluso no montante do lance. **4.2.** Será devido ao Leiloeiro o reembolso integral das despesas adiantadas para a realização do leilão, que serão deduzidas do produto da arrematação, ou no caso de arrematação pelo exequente na forma do artigo 892, §2º e §3º, do CPC, fica o exequente ciente que deverá depositar imediatamente na conta corrente do Leiloeiro o valor das despesas realizadas no leilão. **4.3.** Outrossim, não será deferida comissão na hipótese de remição da dívida até o dia útil anterior ao leilão e será a mesma deferida em 2,5% do valor da avaliação, caso o leilão seja suspenso por pagamento ocorrido no dia da praça. Consumada a arrematação, a comissão será de 5% do valor do lanço vencedor. **5. Cientes os interessados que o imóvel será vendido livre de débitos fiscais e condominiais, na forma do Art. 130 § Único do CTN, c/c §1º do art. 908 do CPC. 6.** Ficam sob o encargo dos respectivos arrematantes todos os ônus inerentes à transferência da propriedade a seu favor. **6.1.** A partir da data da arrematação todas as despesas, em especial os tributos, as cotas condominiais e as despesas com segurança do imóvel (quando existentes) passarão a ser de inteira responsabilidade do respectivo arrematante. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo. Ficando o(s) Executado(s) intimado(s) da hasta pública por intermédio deste Edital, na forma do art. 889 § único do CPC. O edital se encontra disponibilizado e publicado no site do leiloeiro e nos autos deste processo. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2024. Eu, Maria Alice Gomes Massoni da Costa - Mat. 01-13815 – Titular do Cartório, o fiz datilografar e subscrevo. Doutor(a) **SANDRO LUCIO BARBOSA PITASSI** – Juiz Titular.

Mercado de capitais registra R$ 130 bilhões no trimestre

Efeito Selic: renda fixa cresce 91% e puxa captação recorde

As ofertas no mercado de capitais atingiram R$ 130,9 bilhões no primeiro trimestre de 2024, captação recorde para o período e que representa um crescimento de 91% ante o mesmo intervalo no ano passado, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Considerando apenas março, o volume chegou a R$ 66 bilhões.

O desempenho foi puxado pelas ofertas de renda fixa, que totalizaram R$ 114,1 bilhões, o maior patamar registrado em um primeiro trimestre na série histórica. O volume é quase o dobro –variação de 98%– do contabilizado no mesmo período do ano anterior.

"Os dados mostram um crescimento sustentável, com emissões pulverizadas em diversos setores e em número de operações. O ambiente macroeconômico, com a expectativa de continuidade do ciclo de queda da Selic, favorece a ampla gama de instrumentos do mercado de capitais", afirma Guilherme Maranhão, presidente do Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais da Anbima.

Debêntures

As debêntures continuam liderando as captações. Em março, atingiram R$ 41,1 bilhões, o maior volume mensal já registrado, e no trimestre chegaram a R$ 71,9 bilhões, com alta de 94% no comparativo com o mesmo período de 2023. Na análise da destinação dos recursos, 38,5% foram para gestão ordinária e 27,6% para infraestrutura. Os fundos de investimento responderam por mais da metade (52,8%) do volume subscrito.

As debêntures incentivadas (lei 12.431) se destacaram, com o melhor primeiro trimestre da série histórica, captando R$ 19,9 bilhões. "Esse produto se tornou ainda mais atrativo com as restrições recentes a outros ativos isentos. O mês de março respondeu por R$ 11,4 bilhões desse volume trimestral", ressalta Maranhão. Na avaliação dos prazos, o período chegou a sete anos para debêntures em geral e a 10,5 anos para aquelas com incentivo fiscal.

Nos instrumentos de securitização, os CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) fecharam o primeiro trimestre com R$ 15,1 bilhões, com crescimento de 162,1%, enquanto os CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) encerraram o período com R$ 12,5 bilhões, um aumento de 133,3%. Já os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) tiveram um acréscimo de 81%, para R$ 11,1 bilhões. Entre os produtos híbridos, os FIIs (Fundos de Investimento Imobiliário) tiveram um salto de 226,4%, chegando a R$ 12,8 bilhões.

No mercado de ações, houve quatro follow-ons (ofertas)no primeiro trimestre, totalizando R$ 3,8 bilhões, resultado que manteve a renda variável estável na comparação com o mesmo período do ano passado (R$ 3,9 bilhões). As emissões externas somaram US$ 8,9 bilhões no trimestre, o que já representa 58% de todo o volume de 2023. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o aumento é de 795%.

Biodiesel: uso experimental na navegação fluvial é aprovado

A diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou nesta quinta-feira a primeira autorização para uso experimental de biodiesel puro, chamado B100, em embarcação da frota fluvial da empresa Hermasa Navegação da Amazônia Ltda., estando restrita a uma viagem específica, com origem e destino definidos, assim como o volume do biocombustível a ser utilizado.

A Resolução ANP nº 910/2022 regulamenta o uso experimental e específico de biodiesel e suas misturas com óleo diesel em quantidade superior ao percentual de adição de biodiesel obrigatória, conforme estabelecido pela Resolução CNPE nº 3/2015, não prevendo expressamente a utilização em embarcações. A agência reguladora explicou que a norma foi alterada para incluir a obrigatoriedade de adição de corante ao óleo diesel marítimo comercializado na Região Norte, ficando facultada em outras regiões do país.

Segundo a ANP, o objetivo da alteração é diferenciar, visualmente, o óleo diesel marítimo do óleo diesel rodoviário S10, coibindo, assim, comercializações irregulares do produto. O propósito é evitar que o combustível marítimo, de menor preço, venha a ser comercializado como se fosse o rodoviário, o que poderia estimular a obtenção de vantagens financeiras indevidas por agentes econômicos.

O uso do diesel marítimo em detrimento do óleo diesel rodoviário em veículos pode gerar uma maior emissão dos gases resultantes da queima do combustível.

Evoltz Participações S.A.

CNPJ nº 28.037.759/0001-68

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados dos Exercícios, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023. As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. Para maiores informações, acesse o site da companhia através do endereço https://www.evoltz.com.br/resultados.

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativos					
Caixa e equivalentes de Caixa	4	8.301	13.171	580.602	323.561
Depósitos vinculados	11.2	-	-	18.988	23.910
Contas a receber	5	-	-	83.987	73.185
Tributos a recuperar	6	986	1.493	4.013	6.431
Partes relacionadas	21	12.905	9.262	-	-
Ativos de contrato da concessão	7	-	-	575.941	512.848
Outras contas a receber	8	-	-	-	9.405
Dividendos a receber	20	37.561	98.598	-	-
Outros ativos		192	225	27.272	26.035
Total do ativo circulante		**59.945**	**122.749**	**1.290.803**	**975.375**
Contas a receber	5	-	-	726	463
Depósitos vinculados	11.2	-	-	47.084	37.990
Depósitos judiciais		-	-	1.530	18.977
Tributos a recuperar	6	-	-	23.896	22.061
Ativos de contrato da concessão	7	-	-	5.303.300	5.266.923
Investimentos	9	2.243.063	2.062.937	-	-
Imobilizado		5.221	4.412	6.470	5.762
Intangíveis		1.910	1.849	2.456	2.726
Total do ativo não circulante		**2.250.194**	**2.069.198**	**5.385.462**	**5.354.902**
Total do ativo		**2.310.139**	**2.191.947**	**6.676.265**	**6.330.277**
Passivos					
Fornecedores	10	693	846	27.840	13.950
Debêntures	11	-	-	198.440	203.947
Tributos a recolher		105	-	13.303	14.656
Provisões	12	-	-	6.411	10.736
PIS e COFINS diferidos	14	-	-	9.526	3.983
Encargos setoriais		-	-	11.477	8.264
Dividendos a pagar		69.067	92.906	88.039	102.642
Outros passivos		8.916	6.913	8.916	7.299
Total do passivo circulante		**78.781**	**100.665**	**363.952**	**365.477**
Fornecedores	10	-	-	39.849	50.446
Debêntures	11	-	-	1.886.573	2.031.458
Tributos a recolher		-	-	-	19
Provisões	12	-	-	69.707	57.409
Impostos diferidos	13.a	396.320	396.176	593.076	537.931
PIS e COFINS diferidos	14	-	-	557.108	562.313
Outros passivos		-	-	5.572	6.015
Parcela de ajuste	15	-	-	411.805	119.820
Total do passivo não circulante		**396.320**	**396.176**	**3.563.690**	**3.365.411**
Patrimônio Líquido					
Capital social	16.1	750.001	750.001	750.001	750.001
Reserva de incentivo fiscal		37.220	22.111	37.220	22.111
Reserva legal		79.245	68.397	79.245	68.397
Reserva de capital		10.971	10.971	10.971	10.971
Reserva de lucro		957.601	843.626	957.601	843.626
		1.835.038	**1.695.106**	**1.835.038**	**1.695.106**
Participações de não controladores		-	-	913.585	904.283
Patrimônio líquido		**1.835.038**	**1.695.106**	**2.748.623**	**2.599.389**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.310.139**	**2.191.947**	**6.676.265**	**6.330.277**

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto dados de rendimentos por ação)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida	17	-	-	**707.531**	**617.625**
Remuneração do ativo da concessão		-	-	587.465	582.860
Receita Operação e manutenção, deduções e outras, líquidas				120.066	34.765
Custo de serviços prestados	18	-	-	(64.751)	(74.529)
Lucro Bruto		-	-	**642.780**	**543.096**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(4.250)	(3.896)	(80.349)	(55.214)
Outras receitas operacionais		-	89	17.457	17.779
Amortização de menos valia		43.779	70.710	43.779	70.710
Equivalência patrimonial		176.174	102.877	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**215.703**	**169.780**	**623.667**	**576.371**
Resultado financeiro					
Receita financeira	19	1.518	1.950	69.316	38.080
Despesas financeiras	19	(119)	(188)	(271.695)	(294.733)
		1.399	**1.762**	**(202.379)**	**(256.653)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**217.102**	**171.542**	**421.288**	**319.718**
Imposto de renda e contribuição social	13.b				
Correntes		-	-	(62.047)	(13.225)
Diferidos		(145)	94	(43.172)	(82.819)
		(145)	**94**	**(105.219)**	**(96.044)**
Lucro líquido do exercício		**216.957**	**171.636**	**316.069**	**223.674**
Atribuível a:					
Acionistas da Evoltz		216.957	171.636	216.957	171.636
Resultado não controladores		-	-	99.112	52.038
Lucro básico e diluído por ação		0,29	0,23	0,42	0,30

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido exercício	216.957	171.636	316.069	223.674
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total outros resultados abrangentes	**216.957**	**171.636**	**316.069**	**223.674**
Atribuível a:				
Acionistas da Evoltz	216.957	171.636	216.957	171.636
Participações não controladores	-	-	99.112	52.038

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		217.102	171.542	421.288	319.718
Ajustes de:					
Equivalência patrimonial	9	(176.174)	(102.877)	-	-
Resultado de amortização menos valia	9	(43.779)	(70.710)	(43.779)	(70.710)
Remuneração de ativos de contrato de concessão	17	-	-	(587.465)	(582.860)
Juros sobre debêntures	19	-	-	258.789	283.517
Rendimentos dos depósitos vinculados	19	-	-	(7.506)	(5.771)
Amortização do custo de transação	11	-	-	5.322	5.327
Depreciação e amortização		543	413	999	848
Baixa de sobressalentes		-	-	(320)	5.941
Provisão de parcela variável por indisponibilidade		-	-	(19.635)	24.739
Provisão para devedores duvidosos		-	-	9.820	4.715
Provisões, reversão e atualização de contingências		-	-	21.917	3.339
Atualização de depósitos judiciais		-	-	(874)	-
PIS e COFINS diferidos		-	-	338	3.387
Obrigações especiais		-	-	(443)	(443)
Variação no capital circulante:					
Contas a receber		-	-	(1.250)	(41.565)
Outras contas a receber		-	-	9.405	(9.405)
Tributos a recuperar		507	(340)	583	18.335
Ativo de contrato de concessão		-	-	538.991	506.916
Partes relacionadas		(3.643)	(2.103)	-	-
Sobressalentes		-	-	(4.118)	(3.291)
Fornecedores		(153)	(445)	2.908	5.905
Tributos a recolher		105	(72)	(8.149)	(1.114)
Encargos setoriais		-	-	3.213	2.494
Provisões		-	-	(6.875)	(9.861)
Parcela de ajuste		-	-	291.985	119.820
Outros ativos e passivos		2.035	(31)	2.509	(4.206)
Caixa gerado (aplicado nas) de atividades operacionais		**(3.457)**	**(4.623)**	**887.653**	**575.775**
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	(55.270)	(5.161)
Juros pagos sobre debêntures	11	-	-	(200.637)	(197.149)
Depósitos judiciais		-	-	18.321	(634)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(3.457)**	**(4.623)**	**650.067**	**372.831**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Dividendos recebidos		100.864	41.097	-	41.097
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis		(1.413)	(709)	(1.055)	(642)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**99.451**	**40.388**	**(1.055)**	**40.455**
Fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento					
Dividendos pagos		(100.864)	(41.010)	(100.864)	(82.107)
Dividendos pagos não controladores		-	-	(80.575)	(25.074)
Amortização de principal de debêntures	11	-	-	(213.866)	(156.649)
Depósitos vinculados		-	-	3.334	(1.318)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(100.864)**	**(41.010)**	**(391.971)**	**(265.148)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(4.870)**	**(5.245)**	**257.041**	**148.138**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.171	18.416	323.561	175.423
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.301	13.171	580.602	323.561
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(4.870)**	**(5.245)**	**257.041**	**148.138**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Reserva de lucros: Distribuições de dividendos adicionais	Reserva de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Reserva de lucros: Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas	Participação não controladores	Total
Saldo em 31/12/2021		**750.001**	**10.971**	**59.815**	**570.976**	**71.460**	**15.104**	**155.615**	**-**	**1.633.942**	**882.024**	**2.515.966**
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(71.460)	-	-	-	(71.460)	(19.103)	(90.563)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	171.636	171.636	52.038	223.674
Destinação do lucro líquido	17.2											
Reservas de lucro		-	-	8.582	87.760	-	-	-	(96.342)	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal							7.007		(7.007)	-	-	-
Dividendos mínimo obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(39.012)	(39.012)	(10.676)	(49.688)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	29.275	-	-	(29.275)	-	-	-
Saldo em 31/12/2022		**750.001**	**10.971**	**68.397**	**658.736**	**29.275**	**22.111**	**155.615**	**-**	**1.695.106**	**904.283**	**2.599.389**
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(29.275)	-	-	-	(29.275)	(32.028)	(61.303)
Distribuição de reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.572)	(6.572)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	216.957	216.957	99.112	316.069
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.300)	(31.300)
Destinação do lucro líquido	17.2											
Reservas de lucro		-	-	10.848	12.020	-	-	-	(22.868)	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	-	15.109	-	(15.109)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(47.750)	(47.750)	(19.910)	(67.660)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	131.230	-	-	(131.230)	-	-	-
Saldo em 31/12/2023		**750.001**	**10.971**	**79.245**	**670.756**	**131.230**	**37.220**	**155.615**	**-**	**1.835.038**	**913.585**	**2.748.623**

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional

A Evoltz Participações S.A., ("Companhia" ou "Evoltz"), é uma Companhia privada constituída e sediada no Brasil, fundada no dia 26/06/2017.A Companhia é controlada pela Leovac Participações S.A, sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers' Pension Plan Board. A Companhia tem por objeto social o investimento e participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que desempenham atividades de geração ou transmissão de energia, assim como outras atividades de infraestrutura correlatas. As controladas têm por objeto social principal operar concessões de serviços públicos de transmissão de energia por um período de 30 anos.

Empresa	Percentual de participação (%)	Receita Anual Ciclo 22-23 (milhões de Reais)	Receita Anual Ciclo 23-24 (milhões de Reais)	Comprimento (KM)	Linha de Transmissão	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
				35 Km	TL Bateias (PR) - Curitiba (PR)		03/09/2010	
EVZ IV	100%	28,0	29,1	52 Km	TL Canoinhas (SC) - São Mateus do Sul (PR)	21/06/2007	05/09/2011	20/06/2037
				104 Km	TL Londrina (PR) - Maringá (PR)		21/11/2009	
EVZ V	100%	23,7	24,7	43 Km	TL Itararé (SP) – Jaguariaíva	09/10/2007	30/11/2010	20/06/2037
				69 Km	TL Campos Novos (SC) - Videira (SC)		05/07/2009	
EVZ VI	100%	32,4	33,6	65 Km	TL Dona Francisca (RS) - Santa Maria (RS)	11/06/2007	11/08/2011	20/06/2037
EVZ VII	100%	18,0	19,3	116 Km	TL Cascavel do Oeste (PR) - Foz do Iguaçu Norte (PR)	09/10/2007	18/09/2009	08/10/2037
EVZ VIII	100%	9,9	10,3	108 Km	TL Itacaiunas (PA) - Carajás (PA)	16/06/2011	31/10/2014	15/06/2041
				333 Km	TL Oriximina (PA) - Itacoatiara (AM)			
MTE	100%	206,4	214,6	224 Km	TL Itacoatiara (AM) – Cariri (AM)	17/10/2008	14/03/2014	15/10/2038
NBTE	51%	352,0	365,8	2.411 Km	TL Porto Velho (RO) - Araraquara (SP)	26/02/2009	04/11/2014	25/02/2039

2. Base da preparação e consolidação

2.1. Base da Preparação. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("demonstrações financeiras") foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS") conforme implementadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes de suas próprias demonstrações financeiras, e somente estas informações, estão sendo apresentadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e por ativos do valor a recuperar. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo da contraprestação paga em troca dos ativos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração no dia 04/04/2024. **2.2. Base da Consolidação.** As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Evoltz e suas controladas, coletivamente o "Grupo", juntamente com a porção de resultados das controladas em conjunto pertinentes ao Grupo. a) Subsidiárias. Uma subsidiária é uma entidade controlada pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando o Grupo é exposto a, ou possui direito a, retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar estes retornos através de seu poder sobre o investido. Especificamente, o Grupo controla uma subsidiária se, e somente se, o Grupo tiver: ■ Os poderes sobre a subsidiária (isto é, direitos existentes que dão ao Grupo a habilidade de direcionar as atividades relevantes para o negócio do referido investidor). ■ Exposição, ou direitos, a retornos variáveis decorrente do envolvimento com o investidor. ■ Capacidade de usar seu poder sobre o investidor para afetar seus retornos. Geralmente, presume-se que a maioria dos direitos de votação resulta em controle. A fim de apoiar esta suposição, quando o Grupo possui menos da maioria na votação ou direitos similares de um investido, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se possui poder sobre um investido, incluindo: ■ O(s) arranjo(s) contratual(ais) com outros titulares de voto do investido. ■ Direitos oriundos de outros arranjos contratuais. ■ Direitos de voto do Grupo e direitos de voto potenciais. O Grupo reavalia se possui controle de um investido ou não, se fatos ou circunstâncias indicarem que há mudanças a um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma subsidiária começa quando o Grupo obtém controle sobre a subsidiária e termina quando o Grupo perde controle da subsidiária. Ativos, passivos, lucros e despesas de uma subsidiária adquirida ou liquidada durante o ano são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o Grupo recebe controle até a data que o Grupo deixa de controlar a subsidiária. Lucros e prejuízos de cada componente do grupo são atribuídos aos proprietários do capital próprio do Grupo e ações em participações minoritárias, mesmo se isto resultar nas participações minoritárias terem saldo de déficit. Quando necessário, ajustes serão feitos aos demonstrativos financeiros das subsidiárias para alinhar as políticas de contabilidade com as políticas de contabilidade do Grupo. Todos os ativos e passivos dentro do Grupo, patrimônio, lucros, despesas, e fluxo de caixa referente a transações entre membros do Grupo são completamente eliminados na consolidação. Uma mudança de participação societária para uma subsidiária, sem perda de controle, é contabilizada como operação de patrimônio. Se o Grupo perder controle sobre uma subsidiária, ele deixa de reconhecer os ativos, passivos, ações em participações Minoritárias e outros componentes de patrimônio, enquanto qualquer prejuízo ou ganho resultante é reconhecido como lucro ou prejuízo. Qualquer investimento retido é reconhecido no valor de mercado. As controladas do Grupo são a Evoltz IV São Mateus Transmissora de Energia S.A. ("EVZ IV"), Evoltz V Londrina Transmissora de Energia S.A. ('EVZ V'), Evoltz VI Campos Novos Transmissora de Energia S.A. ("EVZ VI"), Evoltz VII Foz Iguaçu Transmissora de Energia S.A. ("EVZ VII") Evoltz VIII. Transmissora de Energia S.A. ("EVZ VIII"), Manaus Transmissora de Energia S.A. ("MTE") e Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("NBTE"). b) Acordos conjuntos. Os acordos conjuntos incluem acordos contratuais em que duas ou mais partes têm controle conjunto e quando as decisões relativas às atividades relevantes da entidade requerem consentimento unânime. As operações conjuntas são empreendimento controlados em conjunto, onde as partes têm direitos sobre os ativos e obrigações subjacentes para os passivos subjacentes relacionados ao acordo. O Grupo contabiliza sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas de qualquer acordo. Joint ventures compreendem arranjos onde as partes do arranjo têm direitos sobre os ativos líquidos. Estes são contabilizados usando o método da equivalência patrimonial. **Moeda Funcional e Moeda de apresentação.** As demonstrações financeiras do Grupo são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia. **Políticas contábeis relevantes.** O Grupo aplicou as políticas de contabilidade descritas abaixo de forma consistente a todos os anos apresentados nestes demonstrativos financeiros, exceto disposto em contrário. **2.3. Combinação de Negócios.** Combinação de Negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é medido pela soma da prestação transferida, que é medida pelo valor de mercado na data de aquisição e pelo valor de qualquer participação acionária minoritária neste adquirido. Para cada combinação de negócios, o Grupo decide mensurar a participação minoritária na empresa adquirida pelo valor de mercado e a participação proporcional adquirida da Empresa nos ativos líquidos identificáveis. Os custos relacionados à aquisição são registrados como efetuados e incluídos nas despesas administrativas. Quando o grupo adquire um negócio, ele avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para classificação e designação correta de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isto inclui a separação dos derivativos integrados nos contratos de hospedagem pela parte adquirida. O valor de Mercado na data de aquisição será reconhecido por qualquer prestação contingente a ser transferida pela sociedade incorporadora. Uma prestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurado e a liquidação posterior é contabilizada como parte do patrimônio líquido. Uma consideração contingente classificada como um ativo ou passivo, que é um instrumento financeiro e dentro do escopo dos instrumentos financeiros do IFRS 9, é mensurado pelo valor de Mercado com as mudanças no valor de mercado reconhecidas no resultado, de acordo com o IFRS 9. Outras considerações contingentes que não façam parte do escopo do IFRS 9. **2.4. Instrumentos Financeiros.** O Grupo aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 01/01/2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. **2.4.1. Ativos Financeiros. a) Reconhecimento inicial e mensuração. ■ Custo amortizado.** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Em 31/12/2023, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes. **■ Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. No dia 31/12/2023 e 2022, os ativos financeiros de base classificados nesta categoria são equivalentes de caixa. **■ Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.** Esses ativos são mensurados ao valor justo e mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que compreendem exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com essas características. **b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.** O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. **c) Baixa de ativos financeiros.** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **2.4.2. Passivos Financeiros. a) Classificação inicial e mensuração.** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **b) Desreconhecimento de passivos Financeiros.** A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado. **2.4.3. Compensação de saldos.** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5. Ativos de Contrato de Concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a controladas do Grupo regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pelas Companhias. Conforme referido no acordo, as controladas são responsáveis por transportar energia dos centros de geração para os pontos de distribuição. Para atender a esta demanda, a obrigação de Desempenho das Companhias é manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, as controladas mantêm sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. A infraestrutura de transmissão é classificada como "Ativo de contrato de concessão". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, o Grupo utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o Ativo de contrato de concessão reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do Ativo de contrato de concessão, utilizando a taxa implícita definida no início do contrato. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pelo Grupo incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **2.6. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. **2.7. Impostos renda e contribuição social correntes e diferidos.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribui-

Evoltz Participações S.A.

CNPJ nº 28.037.759/0001-68

ção social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **Benefício fiscal – Lucro da exploração.** As controladas MTE, EVZ VIII e NBTE têm incentivo fiscal gerado pelas operações conduzidas no Norte, conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, que representa uma redução de 75% do imposto salarial. O incentivo é calculado com base no lucro tributável da atividade incentivada (imposto de renda operacional) e leva em conta na demonstração do resultado e destinado à reserva de lucros no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, as controladas possuem algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. **2.8. Novas normas e Interpretações ainda não efetivas. (a) Revisadas e Vigentes.** • CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguros. • CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. • CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro. • CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material. **(b) Revisadas e não vigentes.** • CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos (Transação de venda e retroarrendamento). • CPC 26 (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis). • CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstrações do fluxo de caixa. • CPC 40 (R1) (IFRS 7) – Instrumentos financeiros. A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

3. Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores. incluindo expectativas de eventos futuros. consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas. julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia estão contempladas a seguir: ■ Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos. ■ Análise de risco de crédito. ■ Análise de risco para a constituição de provisões, inclusive provisão para riscos fiscais, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota 12); Adicionalmente a seguir as estimativas e julgamentos consideradas as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras: **3.1. Ativo de Contrato de Concessões.** No contrato de concessão das controladas estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão por 30 anos. ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a primeira obrigação. sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição. porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim as controladas fazem jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto. mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento. O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão. ou na sua prorrogação. e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP). que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. As premissas utilizadas pelo Grupo para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes: ■ **Ativos de contrato de concessão indenizáveis** – O Grupo reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados. como Ativo de contrato de concessão. determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL. tendo como base o valor contábil. ■ **Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das ampliações. reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão. ■ **Remuneração do Ativo de contrato de concessão** – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão. e considera as especificidades de cada projeto de reforço. melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas por suas controladas incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. ■ **Determinação das receitas de infraestrutura** - Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura. é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. ■ **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho. acrescidos de margem. **3.2. Provisões para contingências**. A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis. a hierarquia das leis. as jurisprudências disponíveis. as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias. tais como prazo de prescrição aplicável. conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"). Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** – O modelo de perdas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **Ativos não financeiros**– os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. **3.4. Demonstração de Fluxo de Caixa ("DFC").** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. emitido pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em conta corrente	4	19	6.469	462
Aplicações financeiras (i)	8.297	13.152	574.133	323.099
	8.301	13.171	580.602	323.561

(i) Referem-se a certificados de depósito bancário remunerados por uma taxa média de 100,12% do Certificados de Depósito Interbancário (CDI), de alta liquidez, prontamente conversível em uma quantia definida dinheiro. sujeitos a acordos de recompra com instituições financeiras e um baixo risco de alteração de valor. Adicionalmente, o incremento significativo da rubrica dá-se devido ao recebimento da parcela de ajuste conforme descrito na nota 15.

5. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e Permissionárias	106.471	105.221
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(14.535)	(4.715)
Provisão para PVI (ii)	(7.223)	(26.858)
	84.713	73.648
Circulante	83.987	73.185
Não circulante	726	463

(i) As controladas do grupo na condição de agente de transmissão, poderão solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Entretanto alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados e julgam os respectivos débitos como improcedentes. Em virtude do desfecho desfavorável destas discussões o Grupo constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa. (ii) Em 2022 a provisão constituída refere-se basicamente ao desconto da franquia do desligamento ocorrido em 21/11/2022 na controlada NBTE, descontada nos AVCs de fevereiro e março de 2023. Em 2023 o montante refere-se a indisponibilidade provisionada após indeferido o requerimento administrativo junto à ANEEL, em decorrência de evento ocorrido em maio de 2015, penalizando assim a Companhia em R$20,2 milhões, sendo R$15 milhões descontado em 2023, e o restante a ser descontado em janeiro de 2024. As contas a receber estão distribuídos por vencimento. conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	89.031	99.367
Vencidas até 360 dias	15.964	5.063
Vencidas por mais de 360 dias	1.476	791
	106.471	105.221

6. Ativos de contrato de concessão

Segue abaixo a movimentação dos ativos de contrato de concessão do Grupo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**5.779.771**	**5.665.632**
Alocação Menos valia	50.996	38.195
Remuneração de ativos de contrato de concessão	587.465	582.860
Amortização de ativo de contrato de concessão	(538.991)	(506.916)
Saldo final	**5.879.241**	**5.779.771**
Corrente	575.941	512.848
Não circulante	5.303.300	5.266.923

7. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos em controladas	2.243.063	2.062.937
	2.243.063	2.062.937

7.1. Informações de Investimento

31/12/2023	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE
Patrimônio líquido	96.978	86.728	112.262	71.762	60.245	1.364.846	1.864.460
Lucro (prejuízo) do exercício	4.459	3.401	(5.210)	(3.262)	3.747	69.881	202.270
% Participação:	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	51.0%
Classificação	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada

31/12/2022	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE
Patrimônio líquido	92.518	83.326	117.472	75.023	56.498	1.241.316	1.845.475
Lucro (prejuízo) do exercício	(2.242)	1.594	(5.570)	(3.116)	2.735	55.313	106.201
% Participação	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	51.0%
Classificação	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada

7.2. Investimentos em controladas

Controlada	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE	Total
Em 31/12/2022	**46.532**	**41.660**	**68.446**	**50.178**	**26.014**	**973.999**	**856.108**	**2.062.937**
Equivalência patrimonial	4.459	3.401	(5.210)	(3.262)	3.747	69.881	103.158	176.174
Amortização menos valia	3.190	2.881	3.390	1.689	1.628	25.701	5.300	43.779
Reclassificação de dividendos	-	-	-	-	-	70.246	-	70.246
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	-	(33.336)	(33.336)
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	(6.839)	(6.839)
Dividendos intercalares recebidos	-	-	-	-	-	-	(32.578)	(32.578)
Dividendos mínimos obrigatório	-	-	-	-	-	(16.597)	(20.723)	(37.320)
Em 31/12/2023	**54.181**	**47.942**	**66.626**	**48.605**	**31.389**	**1.123.230**	**871.090**	**2.243.063**

8. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços	650	846	67.173	63.626
Outros	43	-	516	770
	693	846	67689	64.396
Circulante (i)	693	846	27.840	13.950
Não-Circulante (i)			39.849	50.446

Refere-se a confissão de dívida por força de acordo judicial da controlada NBTE no montante de R$85,4 milhões cujas parcelas remanescentes serão pagas corrigidas pelo IPCA da seguinte forma: R$10 milhões em 31/10/2024 (saldo em curto prazo, montante atualizado de R$12,9 milhões), R$15 milhões em 31/10/2025 e R$15 milhões em 31/10/2026 (saldo em longo prazo, montante atualizado de R$38,8 milhões).

9. Debêntures

9.1. Composição das debêntures

Empresa	Dívida	taxa de juros		Prazo		Valor liberado	Consolidado 31/12/2023 Circulante	Não Circulante	Total
Manaus	Debênture	CDI	2.75%	15/04/2021	15/04/2031	750.000	70.765	573.750	644.515
Norte	Debênture	IPCA	7,15%	15/03/2013	15/09/2026	200.000	30.717	155.004	185.721
Norte	Debênture	IPCA	5,07%	15/11/2020	15/11/2030	1.000.000	55.622	1.077.374	1.132.996
EVZ IV	Debênture	IPCA	5.40%	25/11/2020	15/10/2027	70.000	19.378	36.089	55.467
EVZ V	Debênture	CDI	1.28%	13/01/2020	30/06/2029	56.000	9.316	20.487	29.803
EVZ VI	Debênture	CDI	1.28%	13/01/2020	30/06/2029	67.000	9.819	23.026	32.845
EVZ VII	Debênture	CDI	1.26%	13/01/2020	30/06/2029	42.000	5.196	13.413	18.609
EVZ VIII	Debênture	CDI	1.42%	26/12/2019	30/06/2029	25.000	2.907	15.915	18.822
Total das debêntures							**203.720**	**1.915.058**	**2.118.778**
Custo de transação							(5.280)	(28.485)	(33.765)
Total							**198.440**	**1.886.573**	**2.085.013**

Os vencimentos das parcelas de longo prazo estão distribuídos conforme a seguir:

	2025	2026	2027	2028	após 2028	Total
Debêntures	211.840	226.811	266.116	920.067	290.224	1.915.058

Empresa	Dívida	taxa de juros		Prazo		Valor liberado	Consolidado 31/12/2022 Circulante	Não Circulante	Total
Manaus	Debênture	CDI	2.75%	15/04/2021	15/04/2031	750.000	74.572	626.250	700.822
Norte	Debênture	IPCA	7,15%	15/03/2013	15/09/2026	200.000	36.903	197.115	234.018
Norte	Debênture	IPCA	5,07%	15/11/2020	15/11/2030	1.000.000	53.941	1.075.619	1.129.560
EVZ IV	Debênture	IPCA	5.40%	25/11/2020	15/10/2027	70.000	16.447	52.988	69.435
EVZ V	Debênture	CDI	1.28%	13/01/2020	30/06/2029	56.000	8.633	31.717	40.350
EVZ VI	Debênture	CDI	1.28%	13/01/2020	30/06/2029	67.000	10.141	42.807	52.948
EVZ VII	Debênture	CDI	1.26%	13/01/2020	30/06/2029	42.000	5.752	19.489	25.241
EVZ VIII	Debênture	CDI	1.42%	26/12/2019	30/06/2029	25.000	2.806	19.312	22.118
Total das debêntures							**209.195**	**2.065.297**	**2.274.492**
Custo de transação							(5.248)	(33.839)	(39.087)
Total							**203.947**	**2.031.458**	**2.235.405**

Abaixo segue movimentação das debêntures:	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**2.235.405**	**2.300.359**
Juros provisionados	258.789	283.517
Amortização de juros	(200.637)	(197.149)
Amortização de principal	(213.866)	(156.649)
Amortização do custo de transação	5.322	5.327
Saldo final	**2.085.013**	**2.235.405**

No exercício findo em 31/12/2023, a controlada MTE não atingiu o índice de ICSD determinado pelo segundo ano consecutivo, uma vez que o índice apurado foi 1,15. Em razão do não atingimento do índice a Companhia manteve o depósito efetuado em 7/02/2023, em conta reserva no montante depositado de R$8.558 assegurando assim a manutenção do índice financeiro estabelecido contratualmente e não execução do vencimento antecipado da dívida. Em 31/12/2023, exceto pelo supracitado da controlada MTE, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes foram cumpridas.

10. Provisões

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ambientais	8.143	12.431
Fundiárias	8.531	5.691
Regulatórias	2.342	2.243
Provisão para contingências	39.454	24.980
Sobressalentes	17.648	19.962
Outras provisões	-	2.838
	76.118	68.145
Circulante	6.411	10.736
Não circulante	69.707	57.409
	76.118	68.145

a) Movimento das provisões

	Ambientais	Sobressalentes	Fundiárias	Regulatórias	Contingências	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**16.991**	**21.810**	**5.685**	**4.159**	**69.502**	**1.363**	**119.510**
Amortização por exclusão de litígios	-	-	-	-	(46.206)	-	(46.206)
Adições	-	-	2.600	-	3.950	990	7.540
Atualização	178	-	688	327	695	-	1.888
Reversões	-	-	(398)	(2.243)	(867)	(1.363)	(4.871)
Pagamentos (iii)	(4.738)	-	(2.884)	-	(2.094)	-	(9.716)
Em 31 de dezembro de 2022	**12.431**	**21.810**	**5.691**	**2.243**	**24.980**	**990**	**68.145**
Amortização por exclusão de litígios	-	-	-	-	(4.755)	-	(4.755)
Adições	-	-	1.478	-	-	-	1.478
Atualização (i)	814	-	2.119	99	21.136	-	24.168
Reversões (ii)	(18)	(4.162)	(65)	-	(808)	(990)	(6.043)
Pagamentos (iii)	(5.084)	-	(692)	-	(1.099)	-	(6.875)
Em 31 de dezembro de 2023	**8.143**	**17.648**	**8.531**	**2.342**	**39.454**	**-**	**76.118**

(i) Trata-se basicamente de causas da controlada EVZ VI cujo objeto em comum versava a discussão relacionada ao contrato de prestação de serviços no período de construção nos quais visam o ressarcimento e reparo contratual. O incremento refere-se à reavaliação das causas cíveis nos quais aguardam a manifestação fundamentada dos credores (ii) As reversões referem-se principalmente a baixa de sobressalentes consumidos no montante de R$1.701 e baixa de provisões pré-operacionais sem expectativa de realização no montante de R$1.848 na controlada MTE. (iii) Os pagamentos referem-se basicamente a: (a) gastos incorridos no programa de Compensação Ambiental, Corte Seletivo de vegetação atendendo as especificações legais pertinentes de forma a garantir uma operação segura da linha de transmissão nas controladas MTE e NBTE. **b) Passivos contingentes.** A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, para os quais nenhuma provisão foi constituída em 31/12/2023 e 2022, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Cível	558	245
Trabalhista	440	392
	998	637

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cível (i)	20.375	13.177
Ambiental	4.823	4.272
Tributárias (ii)	44.108	31.693
Regulatórias(iii)	49.100	124.875
Trabalhista	2.083	719
Fundiária (iv)	53.814	37.645
	174.303	212.381

(i) Referem-se basicamente a ação de fornecedor contra a controlada MTE onde é pleiteado o pagamento de prejuízos sofridos em contrato de empreitada assinado entre as partes decorrentes de descumprimento contratual e cobrança de títulos, a causa foi extinta em 2023 após decisão favorável à Companhia. Adicionalmente, o incremento refere-se a reavaliação de risco da causa conforme supracitado no item a (ii) da controlada EVZ VI. (ii) Refere-se principalmente aos autos de infração impetrados pela SRF de cobrança de PIS/COFINS apurados ao longo do ano 2010 e de manifestação de inconformidade contra despacho decisório que deixou de reconhecer o direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2010 da controlada MTE. Adicionalmente, ações de execução fiscal para discussão de valores devidos pelo não recolhimento do ICMS. Refere-se basicamente a processos administrativos interpostos pela controlada NBTE visando a suspensão de aplicação de PVI a Companhia. A redução se refere a: (i) Desconto de PVI, conforme nota 4, após indeferimento junto à ANEEL e (ii) Indeferimento junto a ANEEL de ação visando afastar a aplicação a PVI via Despacho 3.909. à luz da decisão a Administração da companhia decide não questionar a referida decisão e a mesma não acarretará penalidades a Companhia. (iii) Refere-se às ações de indenização relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão. A variação se refere a mudança de prognóstico de uma das causas da controlada MTE.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de Renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	190.563	228.379
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(396.320)	(396.176)	(783.639)	(766.310)
	(396.320)	(396.176)	(593.076)	(537.931)

Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31/12/2023 de acordo com o seguinte cronograma futuro. com base no prejuízo fiscal e base negativa:

	2024	2025	2026	Após 2026	Total
EVZ IV	48	38	-	1.663	1.749
EVZ V	172	-	-	750	922
EVZ VI	-	-	-	45	45
EVZ VIII	32	167	86	705	990
MET	1.359	2.949	4.748	97.712	106.768
NBTE	10.246	6.611	8.914	54.318	80.089
Total	**11.857**	**9.765**	**13.748**	**155.193**	**190.563**

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

31/12/2023	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	217.102	421.288
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto calculado sobre a alíquota nominal	**(73.815)**	**(143.238)**
Equivalência patrimonial	74.784	-
Lucro por exploração	-	29.626
Outras adições(exclusões)	(1.114)	8.393
Despesas com imposto de renda e contribuição social	**(145)**	**(105.219)**
Alíquota efetiva	**(0,07%)**	**(24,98%)**
Efeito no resultado		
Corrente	-	(62.047)
Diferido	(145)	(43.172)
	145	(105.219)

31/12/2022	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	171.542	319.718
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto calculado sobre a alíquota nominal	**(58.324)**	**(108.704)**
Equivalência patrimonial	59.020	-
Lucro por exploração	-	13.739
Outras adições(exclusões)	(602)	14.770
Despesas com imposto de renda e contribuição social	**94**	**(80.195)**
Alíquota efetiva	**0,05%**	**(25,08%)**
Reversão de impostos diferidos por não recuperabilidade (i)	-	(15.849)
Corrente	-	(13.225)
Diferido	94	(82.819)
	94	(96.044)

12. PIS e COFINS diferidos

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	101.086	101.028
COFINS diferido	465.548	465.268
	566.634	566.296
Circulante	9.526	3.983
Não circulante	557.108	562.313

13. Parcela de ajuste

A controlada NBTE pleiteia judicialmente indenização de 562 dias de Receita Anual Permitida (RAP) não recebidos no início da operação, sendo o montante total pleiteado de R$541.970. Embora a ação esteja sujeita a recurso, a ANEEL em cumprimento a uma decisão judicial do Tribunal Federal (TRF-1) incluiu um adicional de R$270.985 no processo tarifário de 2022 da controlada, que corresponde a 50% do montante da indenização, que foi pago em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de setembro/2022 a junho/2023, e os 50% remanescentes no ciclo 2023-2024 da RAP, sendo o montante total atualizado de R$279.044. Os efeitos dessa decisão foram apurados pela NBTE considerando o CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, dado que não foi homologado o trânsito em julgado da ação, o ativo (Receita) não deve ser reconhecido. Visando a adequação das normas contábeis, a Companhia registrou o ingresso do recurso como "Caixa e equivalentes de caixa", tendo a sua contrapartida como "Parcela de ajuste". Concluindo, apesar de corresponder a um acréscimo no ativo da Companhia, o ganho não é certo, permanecendo, assim, a obrigação de não registrar a receita até o trânsito em julgado da ação. A primeira parcela foi recebida em outubro de 2022 via P.A ("Parcela de ajuste"), no AVC referente a setembro de 2022, e assim tem se seguido desde então, mensalmente, totalizando nesta data base R$411.805, líquido dos respectivos efeitos fiscais (R$119.820 em 31/12/2022).

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital Social. Em 31/12/2023 e 2022 o capital social da Companhia é representado por 750.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo distribuído da seguinte forma:

	Composição acionária	
	Número de Ações	%
Leovac Participações S.A.	750.000.997	99,99%
12365359 Canada Inc	1	0,003%
12365341 Canada Inc	1	0,003%
12365367 Canada Inc	1	0,003%
	750.001.000	100%

14.2. Reservas. a) Reserva Legal. Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, limitada a 20% do capital social, em atendimento à legislação societária brasileira em vigor. **b) Reserva de retenção de lucros.** O saldo final da Reserva de retenção de lucros em 31/12/2023 se constitui do saldo remanescente de lucros acumulados, após proposta de distribuição de dividendos. **c) Reserva de incentivo fiscal.** Refere-se a subvenção governamental a título de incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmis-

Evoltz Participações S.A.

CNPJ nº 28.037.759/0001-68

são de energia elétrica pelas controladas NBTE, MTE e EVZ VIII, reconhecida de forma reflexa na controladora. As subvenções são registradas contabilmente no patrimônio líquido, como reserva de lucro, submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente. **d) Dividendos.** Sob os termos do Estatuto da Empresa. aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do ano. calculada de acordo com a Lei das Sociedades por Ações do Brasil. A administração propões os dividendos como indicado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	216.957	171.636
Reserva legal	(10.848)	(8.582)
Reserva de incentivos fiscais	(15.109)	(7.007)
Lucro base para determinação do dividendo	191.000	156.047
% dividendos mínimo	25%	25%
Dividendos mínimo obrigatórios	**47.750**	**39.012**
Dividendos adicionais propostos	131.230	29.275
Dividendos propostos por lote de mil ações	**0,239**	**0,091**

e) Lucro por ação. O lucro básico anual por ação para 31/12/2023 e 2022 foi calculado com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação. como se segue:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações ordinárias no início do exercício	750.001	750.001
Número de ações ordinárias no final do exercício	750.001	750.001
Resultado Líquido do exercício	216.957	171.636
Médiaponderadadonúmerodeaçõesordináriasnoexercício	750.001	750.001
Lucro líquido e diluído por ação	**0,29**	**0,23**

15. Receita líquida

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração do ativo contratual	587.465	582.860
Receita de Operação e Manutenção	62.481	58.896
Outras receitas (i)	168.578	108.220
Receita Bruta	**818.524**	**749.976**
PIS e COFINS	(58.531)	(78.788)
Encargos setoriais	(31.300)	(25.282)
Provisão/Reversão de PVI	(21.162)	(28.281)
Deduções à receita	**(110.993)**	**(132.351)**
Receita líquida	**707.531**	**617.625**

(i) Refere-se basicamente a diferença entre a amortização do ativo de contrato e o recebimento (AVC).

	31/12/2023	31/12/2022
Operação e Manutenção		
- Receita	62.481	58.896
-Custos	(62.809)	(82.896)
Margem(R$)	**(328)**	**(24.000)**
Margem percebida (%)	**(0,52)%**	**(40,75)%**

16. Custos e despesas operacionais

	Controladora			
	Custo		Despesa	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	-	-	(1.729)	(541)
Ambientais	-	-	-	(357)
Impostos e taxas	-	-	(11)	(7)
Seguros	-	-	(62)	(16)
Despesas de viagem			(1.232)	(1.938)
Outras despesas	-	-	(1.216)	(1.037)
	-	**-**	**(4.250)**	**(3.896)**

	Consolidado			
	Custo		Despesa	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(13.488)	(10.196)	(27.267)	(21.265)
Serviços de terceiros (i)	(39.724)	(59.382)	(18.055)	(15.283)
Ambientais	(1.773)	(806)	-	(546)
Contingências (ii)	(3.948)	(2.304)	(20.189)	(3.212)
Seguros	(7.881)	(7.330)	(251)	(316)
Recuperação de Despesas (iii)	8.276	10.671	-	-
Provisão para devedores duvidosos (iv)	-	-	(9.819)	(4.715)
Créditos incobráveis	-	-	-	(1.798)
Despesas de viagem	-	-	(1.232)	(1.938)
Outras despesas	(6.213)	(5.182)	(3.536)	(6.141)
	(64.751)	**(74.529)**	**(80.349)**	**(55.214)**

(i) Refere-se basicamente a redução com custos de serviços de manutenção e reparação dos ativos de transmissão das controladas no montante de R$17.034. (ii) A variação se refere basicamente a revisão dos valores de perda da causa cível da controlada EVZ VI, conforme nota 12. (iii) Refere se basicamente aos ressarcimentos das perdas incorridas pelos incidentes de quedas de torres ocorrido nas controladas NBTE e EVZ VI no montante de R$8,2 milhões. Em 2022, refere-se basicamente ao reconhecimento pela controlada MTE de indenização proveniente de desfecho favorável no processo arbitral por reparação de perdas e danos no valor de R$9,4 milhões.

17. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.370	1.778	56.954	26.251
Rendimentos sobre depósitos vinculados	-	-	7.506	5.771
Atualização de depósitos judiciais	-	-	874	1.705
Outras receitas financeiras	148	172	3.982	4.353
Receita Financeira	**1.518**	**1.950**	**69.316**	**38.080**
Juros debêntures	-	-	(258.789)	(283.517)
Outras despesas financeiras	(119)	(188)	(12.906)	(11.216)
Despesa Financeira	**(119)**	**(188)**	**(271.695)**	**(294.733)**
Resultadofinanceirolíquido	**1.399**	**1.762**	**(202.379)**	**(256.653)**

18. Operações com partes relacionadas

a) Transações

	Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Dividendos	Contas a receber	Dividendos	Contas a receber
EVZ IV	-	523	-	294
EVZ V	-	441	-	249
EVZ VI	-	601	-	342
EVZ VII	-	335	-	192
EVZ VIII	241	185	241	109
TEM	16.597	4.279	87.246	4.272
NBTE	20.723	6.541	11.111	3.804
Total	**37.561**	**12.905**	**98.598**	**9.262**

b) Remuneração dos administradores	31/12/2023	31/12/2022
Salários e honorários	6.368	6.070
Encargos sociais	1.261	1.213
	7.629	**7.283**

19. Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1. **Gestão de riscos.** Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de risco são: **a) Riscos de mercado.** É o risco de mudanças nas variáveis de mercado. tais como taxa de câmbio estrangeiro. inflação e taxas de juros. O objetivo da gestão de risco de Mercado é gerenciar e controlar a exposição a riscos de mercado. dentro de parâmetros aceitáveis. com otimização de retornos. **b) Riscos de crédito.** É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. **c) Riscos de liquidez.** É o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros. As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pelo Grupo:

	Controladora 31/12/2023				
	Até 6 meses	6 meses até 1 ano	de 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Fornecedores	693	-	-	-	693
Partes relacionadas	12.905	-	-	-	12.905
	13.598	**-**	**-**	**-**	**13.598**

	Consolidado 31/12/2023				
	Até 6 meses	6 meses até 1 ano	de 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Fornecedores	14.892	12.948	39.849	-	67.689
Debêntures	101.862	101.858	826.895	1.088.163	2.118.778
	116.754	**114.806**	**866.744**	**1.088.163**	**2.186.467**

19.2. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros. A seguir a Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do período. - Cenário II – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável. - Cenário III – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável. A Administração entende que o cenário provável em 31/12/2023 para o IPCA é de 3,9% e do CDI é de 9,0% conforme expectativa de mercado.

	Consolidado				
	Taxa	Valor exposto 31/12/2022	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures – IPCA	3,9%	1.374.184	53.593	66.991	80.390
Debêntures – CDI	9,0%	744.594	67.013	83.767	100.520
Efeito esperado no resultado do exercício e no patrimônio líquido		**2.118.778**	**120.606**	**150.758**	**180.910**

Fonte: IPCA e CDI de acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN (Relatório Focus, em 05/01/2024).

19.3. Instrumentos financeiros por categoria

		Controladora			
		31/12/2023		31/12/2022	
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	-	8.301	-	13.171
		-	**8.301**	**-**	**13.171**
Passivos financeiros					
Fornecedores	10	693	-	305	--
Partes relacionadas		12.905	-	9.262	-
		13.598	**-**	**9.567**	**-**

		Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2022	
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	-	580.602	-	323.561
Contas a Receber	5	84.713	-	73.648	--
Depósitos Vinculados	11.2	-	66.072	-	61.900
		84.713	**646.674**	**73.648**	**385.461**
Passivos financeiros					
Fornecedores	10	67.689	-	63.855	--
Debêntures	11	2.118.778	-	2.274.492	-
		2.186.467	**-**	**2.338.347**	**-**

19.4. Gestão de capital. O nível de endividamento da Empresa é medido pelo valor total de debêntures menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido pelos títulos dos acionistas. A Administração também monitora o nível dos dividendos dos acionistas. O índice de endividamento é mostrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Dívida bruta	2.118.778	2.274.492
Caixa e equivalente de caixa + depósitos vinculados	(646.674)	(385.461)
Dívida líquida	1.472.104	1.889.031
Patrimônio líquido	2.748.623	2.599.389
Taxa de dívida líquida (Dívida líquida/PL)	**0,54**	**0,73**

19.5. Estimativa de valor justo. A Companhia e suas controladas aplica CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia. A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

	Controladora		
Ativos financeiros	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em conta corrente	2	4	19
Aplicações financeiras	2	8.297	13.152

	Consolidado		
Ativos financeiros	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	2	6.469	462
Aplicações financeiras	2	574.133	323.099
Depósitos vinculados	2	66.072	61.900

20. Cobertura do seguro

O Grupo adota política de cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos em quantias consideradas suficientes pela Gerência para cobrir possíveis perdas/riscos, considerando a natureza da atividade. Dada a natureza, as hipóteses de risco adotadas não são parte do escopo da auditoria, portanto, não foram examinados por nossos auditores independentes.

Riscos	Seguradora	Vigência	Limite máximo de garantia
D&O (i)	Swiss Re	Jul/2023 a Jul/2024	100.000
Responsabilidade Civil			
EVZ IV a VIII	Tokio Marine	Dez/2023 a Dez/2024	10.000
MTE	Tokio Marine	Dez/2023 a Dez/2024	15.000
NBTE	Tokio Marine	Jan/2024 a Jan/2025	15.000
Risco Operacional			
EVZ IV a VIII	Tokio Marine	Jan/2024 a Jan/2025	70.000
MTE	Tokio Marine	Jan/2024 a Jan/2025	200.000

(i) Seguro contratado pela controladora e pago mensalmente por nota de débito pelas controladas

21. Eventos Subsequentes

O Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato") da controlada NBTE ("Companhia") firmado em 18 de dezembro 2017 entre a Evoltz Participações ("Evoltz") e o antigo acionista a Abengoa Concessões ("Vendedora"), em conjunto denominadas Partes, que tem por objeto a aquisição, pela Evoltz, de participações acionárias de concessionárias de instalações para transmissão de energia elétrica, dentre elas a NBTE, prevê a obrigação da companhia da transferência de quaisquer Ativos Supervenientes à Vendedora, conforme percentuais e montantes especificados nas cláusulas do referido contrato de compra e venda. O mesmo Contrato inclui dentro da definição de ativos supervenientes a ação judicial ajuizada pela Companhia contra a ANEEL, que pleiteia o ressarcimento de prejuízos decorrentes de atrasos na entrada em operação. O referido Contrato ainda estabelece, ao tratar da definição de Ativos Supervenientes, que na medida em que um Ativo Superveniente seja objeto de um litígio, nenhum pagamento será feito à Vendedora, a menos e até que uma decisão transitada em julgado seja proferida, outorgando esse Ativo Superveniente de forma definitiva. Uma vez notificada pela NBTE das movimentações financeiras acima descritas, a Vendedora solicitou à NBTE que passasse a depositar o montante líquido da RAP recebida, nos termos do Contrato que possivelmente caberá à Vendedora em conta garantia de movimentação restrita "Conta Escrow". Embora o Contrato não preveja tal obrigação de depósito de tais montantes em Conta Escrow, acordaram as Partes através do instrumento Memorando de Entendimentos celebrado em 2023, que tal medida se afigura a mais adequada para (a) garantir o recebimento pela Vendedora dos valores que eventualmente lhes caibam, e (b) prevenir a eventual geração involuntária de benefícios financeiros às Partes em desacordo com as regras sobre Ativos Superveniente do Contrato. Abaixo seguem os principais termos estabelecidos entre as partes: i. depositar a parcela cabível à Vendedora dos valores já recebidos a título de Acréscimos na RAP, conforme memória de cálculos validada de comum acordo entre as Partes, ressalvadas as hipóteses de suspensão ou pagamento parcial de tais valores, por motivos alheios à vontade da Norte Brasil, até que cesse tal suspensão e/ou seja sanado o inadimplemento. ii. Os valores depositados ficarão retidos na Conta Escrow enquanto perdurar a tramitação dos recursos interpostos até transitar em julgado ou houver aprovação de todas as partes para movimentação. iii. Caso qualquer dos recursos interpostos venha ser julgado improcedente, os montantes depositados deverão ser liberados em favor da Companhia, assim como os seus rendimentos ocorridos no período, tão logo haja provimento judicial para sua devolução. Em razão das obrigações assumidas entre as partes no referido Instrumento, a controlada NBTE procedeu o depósito em Conta Escrow no montante de R$112 milhões em 30/01/2024.

Conselho de Administração

Helio Lima Magalhães - Presidente do Conselho
Stacey Leanne Purcell - Membro do Conselho
Igor Romitelli de Queiroz - Membro do Conselho
Jerson Kelman - Membro do Conselho
Denise Damiani - Membro do Conselho
David Lloyd Mcgraw - Membro do Conselho

Diretoria

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino – CEO
Claudine Furtado Anchite – CFO
Daniel Henrique Lima - COO

Contador

Leandro Tinoco Campos - CRC - RJ 127494/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Evoltz Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ.

Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Evoltz Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Evoltz Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários
para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos de auditoria.

EY Building a better working world

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2024.
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F
Glaucio Dutra da Silva - Contador CRC RJ-090174/O.

MPT condena Santander por negligenciar saúde mental dos empregados

Banco terá que pagar indenização e adotar novas abordagens no ambiente de trabalho

Acusado de submeter trabalhadores de agências bancárias da cidade de Ribeirão Preto à cobrança excessiva de metas, por vezes inatingíveis, sem tomar medidas protetivas em prol da saúde coletiva dos seus empregados, o Banco Santander S.A foi condenado pela Justiça do Trabalho ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 1.500.000,00.

A sentença obtida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), autor da ação civil pública, determina que a empresa adapte as condições de trabalho "às características psicofisiológicas" dos funcionários sujeitos a tais cobranças. O resultado da decisão foi divulgado nesta quinta-feira (11) pelo MPT.

A decisão do juiz José Antonio Ribeiro de Oliveira Silva, da 6ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto, também determina que o banco providencie a emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), incluindo "riscos ergonômicos e/ou psíquicos a que os trabalhadores estão submetidos", em especial transtornos do humor, dos nervos, das raízes e dos plexos nervosos, dos tecidos moles e neuróticos relacionados com o estresse, entre outros.

De acordo com o MPT, caso descumpra a decisão, o banco pagará multa de R$ 50.000,00 por item, acrescida de R$ 5.000,00 por trabalhador prejudicado. Cabe recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

O Santander foi investigado pelo procurador Elisson Miessa a partir de um inquérito civil instaurado para apurar irregularidades apontadas pela Gerência Regional do Trabalho de Ribeirão Preto. Os auditores fiscalizaram 19 agências bancárias da empresa localizadas em Ribeirão Preto, lavrando um total de 68 autos de infração, concluindo que a emissão dos Atestados de Saúde Ocupacional não possuía o conteúdo mínimo previsto da Norma Regulamentadora nº 7. A medida objetiva a redução do adoecimento no trabalho e acompanha a exposição dos empregados a riscos inerentes ao ambiente laboral, garantindo maior saúde e bem-estar.

Em resposta, o Santander apresentou manifestação relatando não haver exposição a riscos químicos, físicos, biológicos e ocupacionais em nenhuma das atividades bancárias e que devido às fases de antecipação e mediação de riscos, não constam os riscos ocupacionais nos ASOs. Os documentos juntados no procedimento pelo banco (PCMSO, PPRA e análise ergonômica de trabalho) foram encaminhados para a perícia do MPT.

O analista pericial em medicina do trabalho do MPT apresentou parecer técnico, no qual observou que as autuações expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego estão embasadas no reconhecimento do risco em função da atividade da empresa e nas constatações realizadas in

loco, mediante entrevista com os trabalhadores, no sentido da existência de um risco ergonômico psíquico. O perito afirmou que a avaliação da organização do trabalho feita pelo banco "não considerou, ou pelo menos não descreveu nem interpretou, as normas de produção, o modo operatório, as exigências de tempo, a determinação do conteúdo do tempo, o ritmo de trabalho e o conteúdo das tarefas, em especial das vendas."

"Ficou demonstrado que existe evidência de que há risco ergonômico a ser reconhecido no PCMSO e anotado nos Atestados de Saúde Ocupacional. No entanto, o reconhecimento da existência do risco não supre a obrigação do empregador de adaptar as condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores. E para adaptar às condições de trabalho, o empregador deve entender como o trabalho real impacta a saúde psíquica dos trabalhadores. A análise do auditor fiscal evidenciou um risco ergonômico decorrente do elevado esforço intelectual advindo da necessidade de cumprimento das elevadas metas exigidas do cargo de gerência", afirmou o procurador.

O MPT tomou o depoimento de ex-funcionários de agências do Santander de Ribeirão Preto, que afirmaram, por unanimidade, que a cobrança de metas é bastante "agressiva", que nas agências "a pressão é muito maior, chegando a ser cruel a cobrança", e que há uma pressão diária para cumprimento de metas, havendo inclusive exposição dos trabalhadores na frente dos demais empregados.

Os depoimentos também evidenciaram que, embora o Santander estabelecesse uma determinada meta, o gerente geral da agência a aumentava consideravelmente, em até 200%. Dessa forma, os trabalhadores são pressionados a atingir um nível de produtividade acima daquele estabelecido, para o caso de um dos integrantes do polo não alcançar a meta, fazendo com que os demais sejam capazes de mantê-la.

Um dos ex-funcionários alertou que o gerente geral da agência onde trabalhava colocava um trabalhador contra o outro, uma vez que pedia para aquele que tinha alcançado a meta ensinar na frente dos demais como os que não alcançavam a meta deveriam agir. Houve relatos de afastamentos por ansiedade e depressão. A remuneração dos gerentes também está vinculada à sua produtividade.

O MPT propôs ao Santander a celebração de termo de ajuste de conduta, mas o banco se negou a adequar voluntariamente a sua conduta, levando ao ajuizamento da ação civil pública.

Na sentença, o juiz José Antonio Ribeiro de Oliveira Silva escreveu: "Bem se vê, por todos os ângulos de análise, que há mesmo sérios riscos psicossociais para os trabalhadores das agências bancárias do réu, que precisam ser bem delimitados e considerados quando da emissão dos ASOs. E, como já amplamente fundamentado, o réu não tem se prestado a isso, deixando de identificar esses riscos até mesmo nos casos de afastamento do trabalho por

doenças psíquicas. Repito: em cada auto de infração o Auditor-Fiscal do Trabalho citou pelo menos dois trabalhadores das agências inspecionadas, por não constar em seu ASO os fatores de risco de ordem psíquica".

O juízo também chamou atenção para o fato de que "toda a extensa documentação juntada pelo Banco-réu comprova apenas que ele tem se preocupado, sim, com a ergonomia do ambiente de trabalho, mas que tem se olvidado dos sérios riscos de ordem psíquica, principalmente os relacionados ao cumprimento de metas, em desrespeito ao quanto consta da NR-17, conforme já fundamentado em tópico específico".

Processo nº 0011451-11.2020.5.15.0153

SMARTCOAT – SERVIÇOS EM REVESTIMENTOS S.A.
CNPJ/ME nº: 09.122.486/0001-05 - NIRE: 33.3.0032943-9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2024, às 11:00 horas. Após exame e discussão dos itens constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram: (i) Após a leitura da primeira ordem do dia, que tem como objeto a mudança de sede da Companhia, para o endereço indicado acima, conforme edital de convocação, a acionista majoritária, Priner Serviços Industriais S.A, representada conforme procuração arquivada na Companhia, aprovou a mudança da sede social da Companhia, por maioria de votos, para o endereço na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, grupo de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, Rio de Janeiro-RJ, condomínio comercial Mário Henrique Simonsen. Os acionistas minoritários, Igor Freitas Barbiero, Camila Barbiero de Siqueira, Inêz Maria de Freitas Barbiero e Carlos Alberto Barbiero, representados por seu advogado, conforme procuração analisada pela secretária de mesa e arquivada pela Companhia, abstiveram-se de votar, apresentando manifestação em separado, que foi recebida pela mesa e arquivada na sede da Companhia. Restou ainda autorizado à Companhia proceder com as atualizações necessárias e registros nos órgãos competentes para regularizar as atividades no novo endereço. (ii) Após apresentação da segunda ordem do dia, foi constatada pela Mesa o erro material no edital de Convocação, ou seja, onde consta 2º artigo do Estatuto Social deveria constar o artigo 3º do Estatuto Social, considerando ser este o artigo que trata do endereço da sede da Companhia. Por este motivo, o item foi retirado de pauta, não havendo deliberação sobre esta matéria, a qual será deliberada, posteriormente, na primeira oportunidade. (iii) Após a leitura da terceira ordem do dia, que tem como objeto a reeleição dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia, a acionista majoritária, Priner Serviços Industriais S.A, aprovou, por maioria de votos, a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, para um novo mandato de 2 (dois) anos, dos Srs. (i) **TULIO CINTRA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade n° 5060048884D, expedida pelo CREA-SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 120.423.248-25, com domícilio empresarial na sede social da Companhia, para o cargo de Diretor sem designação específica; e (ii) **LUIZ ANTÔNIO ANGÉLICA**, brasileiro, solteiro, técnico de pintura, portador da cédula de identidade RD n° 1.656.339, expedida pelo SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o n° 035.795.388- 61, com domícilio empresarial na sede social da Companhia, para o cargo de Diretor sem designação específica. Os acionistas minoritários, Igor Freitas Barbiero, Camila Barbiero de Siqueira, Inêz Maria de Freitas Barbiero e Carlos Alberto Barbiero, representados por seu advogado, conforme procuração analisada pela secretária e arquivada pela Companhia, requereram, conforme artigo 118, § 8º, da Lei das S.A., que o Presidente da Assembleia se abstivesse de computar o voto proferido pela acionista controladora Priner Serviços Industriais S.A. e manifestaram-se contrariamente à deliberação, apresentando manifestação de voto e protesto em separado, que foi recebida pela Mesa e arquivada na sede da Companhia. A mesa apreciou a manifestação de voto proferida pelos acionistas minoritários, e verificou a existência de quórum de deliberação, tendo sido a matéria aprovada por maioria de votos. Os administradores renunciaram expressamente à remuneração a que fariam jus pelo exercício de seus cargos, conforme consignado pelos diretores no Termo de Posse em anexo. Os Diretores tomarão posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia, que constitui o Anexo I à presente Ata. **Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/**

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024.

FUNDAÇÃO CRISTÃ-ESPÍRITA CULTURAL PAULO DE TARSO
CONVOCAÇÃO – De acordo com os arts. 20 a 22 e seus parágrafos, art. 25, Incisos II e VI, e arts. 31, 37 e 38, do Estatuto, ficam convocados os Membros do Conselho Curador da Fundação, para a Assembléia Geral Ordinária (AGO) a se realizar na Sede da Fundação, situada na Estrada do Dendê, nº 659 - Tauá - Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, às 09:30 horas, no dia 27 de abril de 2024, nas modalidades presencial e por vídeo conferência, conforme autorização da 3ª Promotoria de Justiça de Fundações, do MPRJ, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Apreciação do Relatório das Atividades da Diretoria referente ao exercício de 2023; b) Apreciação do Balanço Geral e Demonstração de Resultados referentes ao Exercício de 2023; c) Assuntos gerais (Beneméritos e Clube da Fraternidade). Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. Roberto do Nascimento Vitorino - Presidente.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO à WALTER LEANDRO FONSECA DE ALMEIDA e à WANDA LEONORA FONSECA DE ALMEIDA, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação Sumária (Processo nº 0065883-03.2011.8.19.0001) proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PEDROSA contra WALTER LEANDRO FONSECA DE ALMEIDA e WANDA LEONORA FONSECA DE ALMEIDA, na forma abaixo: A DRA. MARIA APARECIDA DA COSTA BASTOS, Juíza de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **25.04.2024** e **30.04.2024, às 12hs:40min,** através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pelo Leiloeiro Público **RODRIGO LOPES PORTELLA,** inscrito na JUCERJA sob o nº 055, será apregoado e vendido o "Direito e Ação" ao Apartamento 1002, do edifício situado na Rua Itabaiana, nº 226, Grajaú, Rio de Janeiro, RJ. - Avaliação: R$ 994.815,25 (novecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e quinze reais e vinte e cinco centavos).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.